

3 **ARTIGO**
*Dinâmica eleitoral
e democracia,*
por *Eli Diniz*

5 **ARTIGO**
*Instabilidade financeira
e ataques especulativos,*
por *Luiz Fernando
R. de Paula*

8 **FÓRUM POPULAR
DO ORÇAMENTO**
*Execução Orçamentária,
Agenda 21 Local,
Orçamento da Prefeitura
e o seminário "Participação no Orçamento".*

14 **DOCUMENTO**
*Deliberações do
XV Simpósio Nacional
de Conselhos de
Economia*

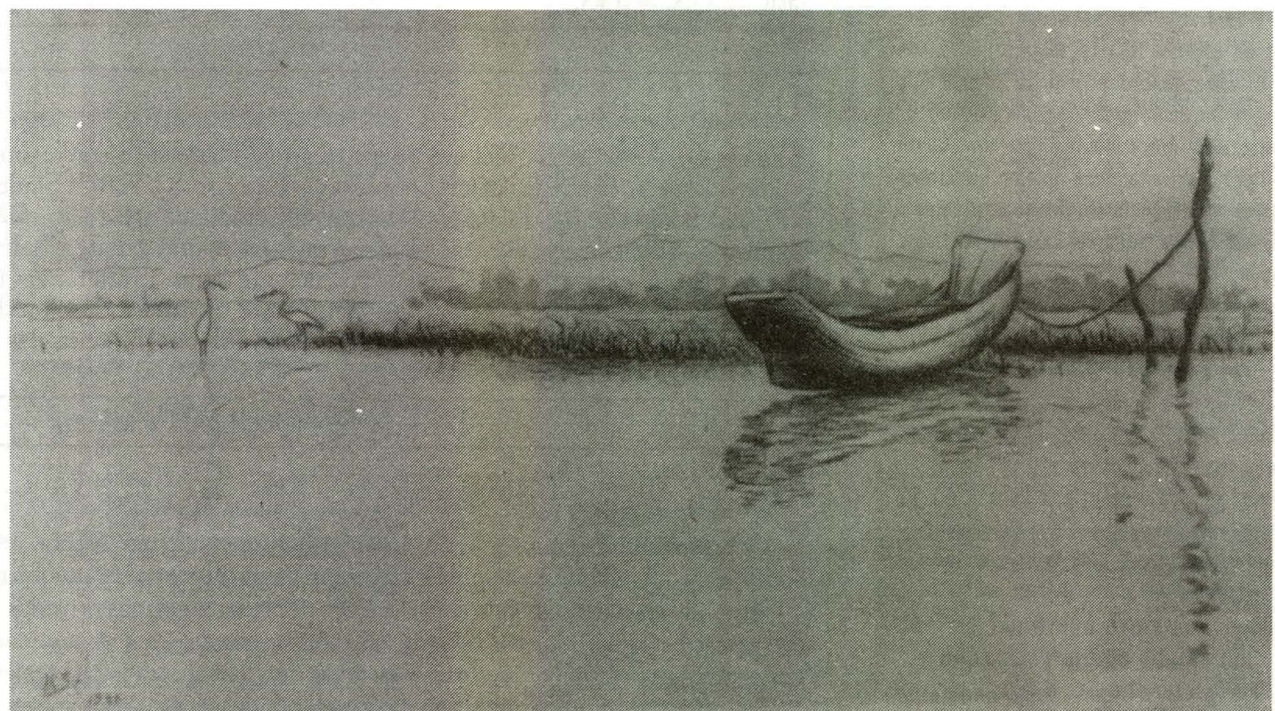
20 **ELEIÇÕES**
*Programa do
Movimento de
Renovação dos
Economistas*

**FÓRUM POPULAR
DO ORÇAMENTO
PARTICIPE.
RESPONDA AO QUESTIONÁRIO.**

Os contornos da grande crise que se inicia

Dércio Garcia Munhoz afirma que a crise atual é a maior que o país enfrenta desde, pelo menos, o após-guerra. Não há aumento de receitas nem contenção de despesas que dêem conta da sangria nas contas públicas provocada pelo novo choque de juros. E o discurso sobre as reformas, diz, "é a retórica que o governo vem usando para que não se discuta a política econômica".

páginas 10 a 13



BAIXA MARÉ - PRAIA DOS BANDEIRANTES, DE HANS STEINER, REPRODUÇÃO: MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** *Baixa maré - Praia dos Bandeirantes*, pontaseca com área impressa de 12,3 x 23,5 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascouito da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel: (0247) 238333.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

EDITORIAL

Sigilosamente até 1997, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega os 29 países mais ricos e desenvolvidos, discutia as bases de um projeto que denominou Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no qual os investidores estrangeiros se colocam acima dos governos nacionais e infringem os princípios básicos de soberania de qualquer país que se torne signatário do acordo.

Desde o ano passado, organizações representativas da sociedade civil em todo o mundo têm alertado para os impactos de um eventual acordo nos termos da AMI. Em editoriais e entrevistas do JE, o tema do AMI apareceu em diversas ocasiões. A relevância das questões suscitadas pela implantação de um acordo com tamanha abrangência, profundidade e impacto provoca grande interesse e preocupação. Os investidores estrangeiros têm o direito de inves-

tir em qualquer área, setor ou atividade, sem nenhuma restrição; têm o direito de contestar qualquer política ou ação governamental que possam considerar como ameaças potenciais aos seus lucros. Qualquer medida de política econômica e social não podem representar restrição da lucratividade efetiva ou potencial do investimento realizado.

O AMI significa, na prática, uma desregulamentação significativa no que se refere à atuação de corporações multinacionais. Há ameaças quanto à soberania dos Estados, inclusive quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e à defesa dos direitos humanos.

Centenas de organizações não-governamentais estarão reunidas em Paris nos dias 17-21 de outubro para analisar o AMI e apresentar propostas alternativas que se contrapõem ao acordo da OCDE.

Sintomaticamente ao fecharmos a edição do JE e aprofundarmos o enca-

minhamento do tema com nossos representantes na reunião do fórum alternativo em Paris, o governo francês se retirava das negociações para conclusão do AMI, por considerar excessivo, diante da crise internacional, que interesses privados ultrapassem a esfera de influência do Estado. Mas ainda, discredenciava a OCDE como foro adequado para discussão do acordo.

O Corecon, o IERJ e o Sindecon solidarizam-se e cooperam firmemente com entidades como ABI, Conselho Federal da OAB, CNBB, Inesc, Pacs, Conselho Federal de Medicina, Modecon, Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Aepet e outras, que acompanharão os trabalhos da OCDE e do fórum alternativo.

Nos próximos números do **Jornal dos Economistas**, traremos matérias e debates sobre o AMI e suas implicações para economias de países em desenvolvimento.

LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha "Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento", promovida pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Hans Steiner. Gravador austríaco, transferiu-se para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro. Viajando pelo Araguaia executou, em 1959, uma série de trabalhos.

Nota técnica (capa): *Baixa maré - Praia dos Bandeirantes*, ponta seca com área impressa de 12,3 x 23,5 cm. Reprodução: João Diaz.

FIQUE POR DENTRO

Valor Referencial de Honorários: O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de outubro.

GUIA DE CONSULTORES EM ECONOMIA

Conforme anunciamos anteriormente, estamos cadastrando economias que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um guia de economistas consultores.

A publicação será enviada a instituições públicas, empresas privadas nacionais e multinacionais, dentre outras. Para se cadastrar, basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede - que basicamente relaciona: dados pessoais, áreas de atuação, trabalhos realizados e principais clientes.

É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas.

O prazo limite para o preenchimento do formulário, que poderá ser solicitado por e-mail, fax ou correio ao Conselho de Economia é, **impreterivelmente, até o dia 30 de outubro de 1998**. Participe! Não perca esta oportunidade. Centenas de economistas já se inscreveram. Para maiores informações, ligue para (021) 224-0578, fax (021) 509-8121 e e-mail: coreconrj@ax.apc.org e solicite o seu formulário.

ARTIGO

por Eli Diniz

Dinâmica eleitoral e democracia

As eleições constituem um aspecto importante do processo de consolidação democrática. São um momento privilegiado para o confronto entre as propostas dos candidatos da situação e das forças oposicionistas. Espera-se, portanto, um amplo e profícuo diálogo, para que a opinião pública possa ser esclarecida sobre as principais questões em jogo. Sobre esse ponto de vista, a atual campanha eleitoral revelou-se frustrante.

O desinteresse, o alheamento e mesmo a apatia em relação a candidatos e partidos suscitaram as mais diversas interpretações, algumas bastante bizarras, como as que nos comparam com o eleitorado dos países de democracia consolidada. Essas análises esquecem detalhes pequenos, porém relevantes, como a nossa ainda alta taxa de analfabetismo total e parcial - o chamado "analfabetismo funcional", que atinge mais de 2/3 dos eleitores. Estes mal podem ler as matérias mais elaboradas de um jornal, e muito menos livros e revistas.

Em contraposição, creio que o exame de alguns aspectos da conjuntura sob a qual se desenrolou a campanha pode contribuir para elucidar as razões da frieza do eleitorado, problema insistentemente detectado pelas pesquisas eleitorais. Três são os pontos para os quais eu gostaria de chamar a atenção. O primeiro refere-se à construção de um clima de unanimidade aparente, que não reflete, no entanto, a estruturação de um consenso expressivo em torno de uma dada proposta. O segundo diz respeito à utilização da "teoria do caos" em momentos estratégicos da campanha eleitoral. Finalmente, em paralelo à escalada da ideologia neoliberal, ocorreu um verdadeiro choque semântico, cujo impacto ainda não foi devidamente avaliado.

TRÊS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto ao primeiro aspecto, com o respaldo de uma cobertura unilateral da mídia, criou-se um falso clima de unanimidade em torno da proposta de continuidade do projeto neoliberal, dominante no país. Esta é apresentada como a única via possível, sem a qual mergulharíamos no caos. A mudança conduziria ao desas-

tre. Ora, o que não temos é uma imprensa verdadeiramente independente e plural, e isso se torna particularmente negativo em tempo de eleições. Um dos fatores fundamentais para o exercício consciente do direito de voto é a livre comunicação de idéias e de opiniões, que torna possível uma escolha eleitoral esclarecida.

Historicamente, as liberdades básicas de pensamento, opinião e expressão permitiram a transformação dos súditos em cidadãos, no lento processo de formação dos sistemas políticos democráticos. Entretanto, para que essas liberdades básicas se tornem efetivas, é necessário o acesso a uma informação diversificada e imparcial. No Brasil de hoje, a liberdade de informação deixa muito a desejar. Por força da legislação, o tempo dos candidatos na propaganda eleitoral gratuita é muito desigual. O próprio instituto da reeleição introduziu um fato político novo, constituindo em si um fator de desigualdade, cujas conseqüências não têm sido seriamente consideradas nas análises sobre a dinâmica eleitoral.

A possibilidade dos governantes de turno concorrerem à reeleição, sobretudo sem a exigência da desincompatibilização, colocou-os desde o início numa posição de vantagem relativa. A assimetria deixou de ser um resultado da própria corrida eleitoral, configurando-se como um dado *a priori*. Criaram-se, assim, condições favoráveis à baixa competição entre os candidatos, reduzindo-se o espaço de discussão entre idéias e propostas alternativas, o que se traduziu na precariedade do debate propiciado pela contenda eleitoral. Esta lógica reprime a explicitação das divergências, que, ao serem represadas, tendem a enrijecer-se. Cria-se a ilusão de que inexistem diferenças significativas, quando, na verdade, elas estão apenas contidas. Não desaparecem, mas são postergadas, podendo vir à tona, talvez até com maior intensidade, sob o impacto do agravamento da conjuntura econômica e política.

Além disso, entre nós não existe uma imprensa alternativa. Em muitos países, os partidos de esquerda têm jornais e revistas próprios. No Brasil,

isso não ocorre porque esses partidos não têm recursos e não contam, por motivos óbvios, com o apoio da classe empresarial. Por outro lado, a grande imprensa quase não abre espaço para o discurso oposicionista, e em geral não cobre com isenção os eventos, debates e atos públicos onde seus argumentos são apresentados. Além disso, ao repetir à exaustão os *slogans* e as mensagens doutrinárias do pensamento oficial, a mídia acaba por fazer propaganda não explícita, construindo aquele clima de unanimidade a que me referi. É o que vem ocorrendo há quatro anos, através da cobertura do processo de tramitação das emendas das reformas e da própria reeleição.

Em contraste, a oposição é com freqüência ridicularizada, apresentada sistematicamente sob um prisma negativo, como símbolo do atraso. Seus adeptos são apontados, com insistência, como estranhos exemplares de uma espécie em extinção. Com isso, qualquer crítica é automaticamente desqualificada e qualquer forma de questionar é de antemão posta sob suspeita, criando-se a propensão a descartar sem ouvir, a tomar partido sem refletir e a condenar *a priori*. É esse o processo pelo qual se criam os estereótipos e os preconceitos, ingredientes fundamentais da hegemonia do pensamento único.

O maniqueísmo subjacente às dicotomias modernidade *versus* atraso e bem *versus* mal tende a congelar as posições em perspectivas antitéticas, como num jogo de soma zero. Em outros termos, ou se aceita integralmente e sem reservas o pensamento neoliberal dominante, ou se é condenado ao gueto dos que se apegam a um modelo anacrônico, estigmatizado como manifestação de uma visão retrógrada. Trata-se, na verdade, de um falso dilema. Não existem apenas as duas posições antagônicas, impostas como camisas-de-força pela ampla e insistente difusão deste tipo de polaridade. Com tal artifício, cria-se uma espécie de armadilha que aprisiona o debate e empobrece a discussão, inviabilizando a procura de alternativas. Não se trata de aceitar ou recusar em bloco a agenda hoje dominante. Há toda uma gradação e matizes que não podem ser deixados

de lado. Assim, por exemplo, privatizar ou não privatizar nada mais é do que uma fórmula vazia e simplificador, já que os verdadeiros problemas referem-se aos critérios, aos modos de implementação ou ao destino dos recursos. Não menos artificial é o dilema estabilizar ou não estabilizar, que obscurece a percepção da maior ou menor eficácia, dos custos ou das conseqüências a curto e longo prazos dos métodos adotados.

Um momento particularmente significativo desse esforço de intimidação ocorreu no início do processo eleitoral, quando o principal candidato oposicionista à Presidência começou a subir nas pesquisas de intenção de votos. Imediatamente, a teoria do caos foi ativada, repercutindo na mídia, amplamente, a idéia de que a catástrofe seria inevitável. Ora, a ascensão da esquerda ao poder pelo legítimo exercício do direito de voto é fato rotineiro nas democracias consolidadas e não provoca traumas. Ao contrário, é um fato naturalmente absorvido pelo sistema político, que reitera assim o princípio da rotatividade dos partidos no poder. O pânico é manifestação de debilidade institucional, resultando de um processo pelo qual se manipulam os medos, ansiedades e frustrações da população, deslocando-os para um alvo político determinado. Esse clima foi reforçado pelo bombardeio das pesquisas de opinião, que produziram a sensação de que os resultados já estariam decididos de antemão, gerando, de um lado, a certeza da vitória e, de outro, a expectativa da derrota.

FALSA MODERNIDADE

Esse clima de vitória esmagadora por parte das forças situacionistas acabou por gerar formas de comportamento que atingem seriamente a credibilidade do processo eleitoral. Entre os candidatos da coalizão que apoiava a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se prática recorrente a referência aos vínculos com o candidato-presidente como fator de convencimento do eleitorado. Frases do tipo "Não vote em Fulano, que é inimigo do presidente", ou, afirmativamente, "Como amigo do presidente, terei condições

ARTIGO

de fazer mais por meus eleitores", e outras de teor semelhante, foram enfatizadas durante os programas eleitorais transmitidos pelo rádio e a televisão para todo o país. Temos aqui nada menos que a oficialização das velhas práticas clientelistas, reforçando os valores mais tradicionais da cultura política brasileira. Quando esse tipo de prática é valorizada, ao ser abertamente assumido na televisão e nos outros meios de comunicação, a mensagem que se passa é a de que se trata de um procedimento normal da vida política e, mais do que isso, legítimo. Mas as coisas não são tão simples. Nem tudo que se generaliza é sinal de qualidade incontestável. Na verdade, tais práticas transgridem um princípio básico da democracia, ou seja, o acesso universal aos bens e serviços públicos, que devem ser alocados mediante critérios e prioridades previamente definidos, segundo regras claras. Ademais, ferem um componente central da forma republicana de governo, ou seja, a ênfase no interesse público, mola mestra da ação do Estado de acordo com esta tradição política.

Na mesma linha situa-se a declaração do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, órgão que tem a atribuição de zelar pela lisura do processo. Às vésperas do pleito, ele declarou ser indispensável a reeleição do presidente, a fim de que se garantisse a continuidade do modelo econômico. Obviamente, tal declaração foi amplamente interpretada como a defesa não só do instituto da reeleição, mas também da recondução ao poder do atual chefe do Executivo. Ora, preservar a confiabilidade da disputa eleitoral exige, antes de mais

nada, que os responsáveis pelas funções de supervisão e fiscalização sejam imparciais. Ainda que o ministro Ilmar Galvão tenha insistido no argumento de que teria sido mal interpretado, suas justificativas, segundo praticamente todos os observadores da política nacional, não foram convincentes.

AS PALAVRAS E AS COISAS

Outra forma de levar água para o mesmo rio do pensamento único é a contribuição dada pela imprensa para o que venho chamando de um verdadeiro "choque semântico" produzido pela escalada neoliberal no Brasil. Altera-se o significado de palavras consagradas pelos movimentos progressistas do passado e que, por isso mesmo, viriam a adquirir, no decorrer do tempo, um alto valor simbólico. Refiro-me a palavras como reforma, privilégios, sindicalismo, entre outras, cujo novo significado é instrumentalizado na guerra ideológica que se trava cotidianamente pelos meios de comunicação.

O termo reforma, por exemplo, associado sistematicamente a movimentos e processos de extensão de direitos, de reconstrução e aperfeiçoamento institucional, foi reelaborado para ser aplicado a iniciativas de eliminação de direitos e de desconstrução institucional. Com relação a outras palavras, verificou-se total inversão do significado historicamente consolidado. Privilégios e privilegiados deixaram de ter seu sentido associado aos detentores da riqueza e do poder econômico, situados no topo da hierarquia social, e passaram a ser utilizados para desig-

nar membros de grupos desprivilegiados, situados na base ou em pontos intermediários da estratificação social, como os funcionários públicos e os trabalhadores organizados. Socialdemocracia perdeu a antiga conotação de uma sistemática de concertação, expressando um pacto entre o governo e representantes do trabalho e do capital para universalizar o acesso aos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico, visando à construção do Estado de Bem-Estar, e passou a designar reformas que delegam ao mercado a sorte dos excluídos. Direita e esquerda tiveram seus papéis trocados, vindo a primeira a ser identificada com a bandeira da reforma e a segunda com a preservação do *status quo*, confundindo-se deliberadamente uma postura de resistência (adotada em nome de uma concepção distinta de mudança) com a mera recusa da mudança. Sindicatos e sindicalismo deixaram de significar formas elementares de organização e participação políticas para adquirir um sentido pejorativo, designando instrumentos de defesa de interesses não só particularistas, como espórios.

UNANIMIDADE FALSA

Finalmente, cabe ressaltar mais um ponto. A ilusão da unanimidade acabou por contaminar as interpretações correntes sobre os resultados das pesquisas de opinião. Estas mostravam que, quanto mais a crise se agravava, mais cresciam as intenções de voto no presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com dados divulgados dez dias antes do pleito, 50% dos eleitores afirmaram que votariam nele, o que confirmaria sua elei-

ção no primeiro turno. Qual o significado desta tendência? Expressaria uma popularidade indiscutível do presidente, fruto de uma ampla satisfação com seu governo e de uma sólida adesão ao seu projeto para dirigir o país nos próximos quatro anos? Ao contrário: as pesquisas de natureza qualitativa mostravam que apenas cerca de 20% de seus eleitores votariam nele por convicção, isto é, pela avaliação de que seria efetivamente o melhor governante para o país. A maioria, ainda que descontente, votaria em Fernando Henrique por falta de opção, ou movida pelo raciocínio de escolher o mal menor.

Tais dados revelam que a unanimidade em torno da reeleição do presidente é precária. Na verdade, tem baixa consistência, pois foi construída antes pela recusa das alternativas existentes do que pela clara preferência por um determinado programa de governo. É o voto que se afirma pela negação, pela exclusão das demais opções, algo totalmente distinto, por exemplo, da vitória do candidato socialdemocrata Gerhard Schroeder, na Alemanha, nas eleições gerais realizadas em 27 de setembro. Neste último caso, torna-se plausível falar-se da configuração de um pacto em torno de um novo projeto, que tem o respaldo das forças organizadas, além do suporte de um partido com certo grau de enraizamento social e que expressa a aposta numa via alternativa de desenvolvimento socialmente menos perversa e excludente.

Eli Diniz é professora-titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MONOGRAFIA DO TESOURO NACIONAL

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) está promovendo o 3º Prêmio de Monografia Tesouro Nacional, cuja finalidade é estimular a pesquisa na área de finanças públicas. Poderão concorrer trabalhos individuais e de grupos. Cada candidato poderá apresentar apenas um trabalho, sobre um dos temas: dívida pública, tópicos especiais de finanças públicas ou sistemas de informação sobre a administração financeira pública. A premiação será de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2.500,00 para os três primeiros colocados, respectivamente. O edital completo está afixado no mural do Corecon-RJ e mais informações poderão ser obtidas no Ministério da Fazenda, Esaf, fax (061) 412-6016, e-mail: jgomesg@fazenda.gov.br.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS

O objetivo do encontro é o debate das atuais tendências na economia mundial no quadro da globalização abrangendo as várias perspectivas teóricas e analíticas que constituem um requisito incontestável na criação de opções que permitam ultrapassar os problemas existentes, preservar o meio ambiente e reestruturar a ordem mundial de hoje. O Encontro Internacional será realizado em Havana, Cuba, de 18 a 22 de janeiro de 1999 e apresentará as seguintes mesas temáticas: 1) A economia de globalização e o desenvolvimento; 2) A economia mundial; 3) Os processos de integração econômica internacional; 4) Impacto social e ambiental da globalização e 5) No limiar do século XXI: globalização e questões do desenvolvimento.

MAIORES INFORMAÇÕES: Linda Montañes - Rua 22, 901, esq. 9na. Miramar. La Havana, Cuba. Tel: (537) 29-2084; Fax: (537) 22-3456; e-mail: anec@info.get.cma.net; <http://www.economista.cubaweb.cu>.
Frota Brasil Turismo - Av. Franklin Roosevelt, 84 sala 702; Tel: (021) 240-9878.

ARTIGO

por Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Instabilidade financeira e ataques especulativos: uma avaliação dos modelos convencionais de crise cambial

Como ponto de partida teórico para o assunto a ser tratado, comparamos a visão convencional e a abordagem pós-keynesiana no que diz respeito à eficiência dos mercados financeiros e ao papel da atividade especulativa nesses mercados. A teoria convencional presume que os mercados cambiais são eficientes. Como se sabe, a teoria de mercados eficientes diz que os agentes econômicos fazem o melhor uso das informações disponíveis e que os sinais de mercados provêm a informação necessária sobre eventos futuros, formando expectativas racionais como base para decisões que maximizam uma função utilidade. A teoria dos mercados eficientes tem como fundamento o axioma da ergodicidade, em que as estimativas de uma função probabilidade objetiva de hoje, calculada a partir de um conjunto de dados observados, fornece informações confiáveis para estabelecer um cálculo probabilístico sobre eventos futuros. A função social dos mercados financeiros é alocar corretamente capital entre as empresas, de acordo com informações confiáveis sobre as taxas de retorno futuro, determinadas pelos fundamentos de mercado.

De acordo com Stiglitz,¹ a especulação de curto prazo pode interferir na alocação eficiente de capital nos mercados financeiros, e a volatilidade nos preços dos ativos financeiros é explicada pela existência de insensatos *noise traders*, ou seja, investidores com visão de curto prazo, que acreditam saber mais que o mercado. A tendência secular dos mercados financeiros é determinada pelos fundamentos imutáveis do setor real. Isso significa que, no longo prazo, os investidores irracionais são extintos pela ação de um mercado eficiente.

Em oposição a esta visão, Keynes e os pós-keynesianos rejeitam o axioma ergódico da teoria dos mercados eficientes para explicar o comportamento dos mercados financeiros. Em um mundo incerto, em que os fundamentos não provêm um guia confiável sobre o futuro, as avaliações futuras do mercado estão sempre sujeitas a desapontamentos. A atividade especulativa não é uma "anomalia", explicada pela ação de insensatos *noise traders*. É uma consequência natural da própria forma de ope-

ração dos mercados financeiros num mundo real. Para Keynes e os pós-keynesianos, o resultado da ação dos especuladores é ambíguo, pois ao mesmo tempo em que pode ter efeitos reais devastadores sobre a economia, ao criar redemoinhos especulativos, provê liquidez aos ativos financeiros, que é um papel essencial dos mercados financeiros.

MODELOS DA CRISE

Passemos a enfocar os modelos convencionais de crise cambial, tal como têm sido sumarizados por Paul Krugman.² De acordo com Krugman, a teoria convencional de crise cambial pode ser dividida em dois tipos de modelos: modelos "canônicos", ou de primeira geração, e os modelos de segunda geração. Segundo os modelos canônicos, a crise cambial resulta de uma inconsistência básica entre políticas domésticas – tipicamente, a existência de déficits fiscais financiados por emissão de moeda – e a tentativa de manter uma taxa de câmbio fixa. O governo tem que usar um estoque limitado de reservas para manter sua taxa de câmbio. Uma vez que esta política revela-se insustentável, a tentativa dos investidores de antecipar um colapso inevitável no câmbio gera um ataque especulativo contra a moeda quando as reservas caem para algum nível crítico. A principal crítica que se faz a esses modelos é que eles representam a política do governo de forma bastante mecânica, na medida em que, no modelo, o papel do Banco Central é passivo. Ele, por exemplo, não faz uso de uma variedade de instrumentos disponíveis, além da intervenção no mercado cambial para defender a taxa de câmbio.

A segunda geração dos modelos de crise cambial é mais sofisticada do que a dos modelos canônicos, e a política governamental é menos mecânica. O governo escolhe defender ou não a taxa de câmbio fazendo um *trade-off* entre flexibilidade macroeconômica de curto prazo e credibilidade de mais longo prazo. Nesses modelos, o governo deve ter uma forte razão pela qual gostaria de abandonar sua taxa de câmbio ou então defendê-la. Um motivo para permitir a desvalorização cambial pode ser um aumento no desemprego, dada a rigidez para baixo na taxa

de salário nominal. Ou, mesmo existindo um motivo para desvalorizar, o governo pode, ao contrário, escolher defender a taxa de câmbio fixa, porque o câmbio fixo é importante para facilitar o comércio internacional e os investimentos, ou porque o país teve uma história de inflação crônica. A lógica da crise surge do fato de que defender a paridade é muito dispendioso (requer taxas de juros mais elevadas), se o mercado acreditar que a defesa irá finalmente falhar. Se o *trade-off* entre o custo de manter a paridade da moeda e o custo de abandoná-la é previsível, em alguma data futura o país iria desvalorizar a moeda, mesmo na ausência de um ataque especulativo. Neste caso, os especuladores tentam antecipar-se à desvalorização, o que acaba piorando o *trade-off* e, provavelmente, conduzindo mais cedo a uma desvalorização, ou seja, antes que os fundamentos a tornem necessária.

ESPECULAÇÃO E EQUILÍBRIO

Resumindo, a crise cambial pode resultar de um conflito entre objetivos domésticos e a tentativa de manter uma taxa de câmbio fixa (ou semifixa), conflito que pode tornar inevitável um colapso da moeda. De acordo com esta abordagem, o ataque especulativo contra uma moeda também pode ocorrer como consequência de uma profecia auto-realizável, causada por um pessimismo que se confirma. Neste caso, um país pode sofrer uma crise "desnecessária". Mas, mesmo nos modelos de "segunda geração", a crise cambial é essencialmente um resultado de políticas inconsistentes com a manutenção, no longo prazo, de uma taxa de câmbio fixa. Em outras palavras, um país só é potencialmente vulnerável a um ataque especulativo quando os fundamentos – como o nível de reservas cambiais, a situação fiscal do governo, o comprometimento do governo com um regime cambial – são suficientemente fracos.

Agora, eu gostaria de apontar alguns pontos que podem emergir de uma avaliação inicial sobre a teoria convencional. Como vimos, a atividade especulativa é explicada por assunções *ad hoc*. Os especuladores só podem sobreviver se existem ondas de irracionalidade, (i) explicadas pela ação de *noise traders* nos merca-

dos financeiros ou (ii) causadas por problemas informacionais, que são atributos de mercados "atrasados". No curto prazo, a atividade especulativa só ocorre pela ação dos *noise traders*, pois a participação de investidores racionais e bem-informados leva o mercado a uma tendência de equilíbrio no longo prazo. Especulação, como diz Stiglitz, "afeta como o bolo é dividido, mas não o seu tamanho". Deste modo, o *mainstream* sustenta categoricamente que existe uma espécie de "axioma da neutralidade" da atividade especulativa, já que, pelo menos no longo prazo, o tamanho do bolo é determinado pelos fundamentos de mercado. Assim, pode-se fazer uma afirmação que resume a visão convencional: *a especulação de curto prazo não tem efeitos reais no equilíbrio de longo prazo*.

Como a teoria convencional presume que os mercados cambiais são eficientes, um ataque especulativo, de acordo com os modelos de crise cambial, só ocorre se se basear em algum fundamento real de mercado, em geral associado a uma deterioração presente ou previsível nos fundamentos econômicos. Esses modelos também descrevem crises cambiais que não são determinadas pelos fundamentos, geradas por expectativas racionais auto-realizadas ou por comportamento irracional "de rebanho". O ponto a destacar é que eles têm dificuldade em encontrar boas explicações para as crises cambiais que não são determinadas por fundamentos de mercado. Em um mundo ergódico, em que esses fundamentos determinam as probabilidades condicionais de resultados futuros, a atividade especulativa nos mercados cambiais é explicada pela ação de insensatos *noise traders*. Krugman, por exemplo, apela para microfunda-mentos – como o acesso a informação privada pelos investidores, criando informação assimétrica no mercado cambial, a existência de fundos de investimento gerenciados por agentes profissionais e não por seus titulares, etc. – que tornam os mercados ineficientes para explicar comportamentos de rebanho ou a possibilidade de crises auto-realizadas. Além de apelar a microfunda-mentos *ad hoc* para explicar crises "irracionais", a teoria convencional está sempre procurando encontrar

ARTIGO

uma explicação *ex post* para cada "nova" crise cambial. Para cada nova crise, desenvolve-se um novo e, em geral, mais sofisticado modelo.

UMA VISÃO PÓS-KEYNESIANA

Uma vez levantados alguns pontos críticos sobre a teoria convencional, eu gostaria de explorar o que nos parece ser uma visão pós-keynesiana sobre instabilidade financeira e ataque especulativo em um mundo incerto. Como vimos, os pós-keynesianos rejeitam o axioma clássico da ergodicidade da teoria de mercados eficientes para explicar o comportamento dos mercados financeiros, pois, em um mundo incerto, as avaliações futuras do mercado são sempre sujeitas a mudanças repentinas e violentas. Fundamentos não provêm um guia confiável para o futuro. Este não é calculável, nem é um reflexo estatístico do passado, pois, para certos eventos, os agentes não possuem informação adequada para construir probabilidades futuras. Em outras palavras, as avaliações futuras de mercado não são previsíveis nem calculáveis por probabilidade, porque a incerteza (no sentido de Knight-Keynes) existe.

Em um mundo não-ergódico, os investidores nos mercados financeiros têm expectativas heterogêneas por causa da diversidade de opiniões sobre o futuro. As expectativas formuladas nos mercados financeiros à vista (*spot*) não são racionais, no sentido de que a avaliação convencional, baseada na previsão psicológica, não pode ser estatisticamente confiável. Portanto, os mercados financeiros não podem ser considerados eficientes, nos moldes como sustenta a teoria de mercados eficientes. Como o estado de confiança é subjetivo, existe espaço para a diversidade de opiniões sobre o futuro. Ora, se existem diversidade de opiniões e mercados organizados para dar liquidez aos ativos, abre-se a possibilidade para atividades especulativas.

No capítulo 12 da *Teoria geral*, Keynes mostrou que as expectativas dos investidores não são governadas pelos fundamentos reais no longo prazo, relacionados ao rendimento prospectivo de um ativo durante vários anos. O mercado avalia um ativo no presente, tentando antecipar mudanças, na base de avaliação convencional, um pouco à frente do público em geral. Por isso, a especulação é essencialmente uma atividade voltada para antecipar a psicologia do mercado. Em uma economia monetária da produção, a organização dos mercados financeiros precisa enfrentar um severo *trade-off* entre liquidez e especulação. A função primá-

ria dos mercados financeiros é fornecer liquidez aos ativos, o que envolve a habilidade de comprar e revender ativos em mercados bem organizados. Como os mercados dão liquidez aos ativos, esta característica facilita o uso desses ativos para financiar o investimento, uma vez que eles podem encorajar os poupadores a fornecer o *funding* necessário que estimula os empresários a usar seus recursos em novos projetos de investimento.

Como especuladores dominam os mercados financeiros, as práticas de curto prazo determinam o ritmo de alteração dos preços dos ativos. A estabilidade dos mercados financeiros requer um grande número de especuladores, com opiniões diferenciadas. Todavia, a atividade especulativa tem um impacto ambíguo sobre os mercados financeiros. Embora a liquidez desses mercados freqüentemente facilite, às vezes ela impede o curso de um novo investimento. Keynes e os pós-keynesianos sustentam que há fortes conexões entre os setores financeiro e real da economia. Uma dessas conexões é o impacto da atividade especulativa sobre a atividade produtiva, especialmente sobre o investimento. É bem conhecida a passagem da *Teoria geral* em que Keynes diz que "a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas sobre um redemoinho especulativo. Quando o desenvolvimento do capital de um país torna-se um subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser normalmente malfeito."

O PAPEL DOS MARKET MAKERS

Considerando que os especuladores dão importância à liquidez e formam suas expectativas levando em conta as expectativas dos outros agentes em relação ao futuro, uma mudança esperada na preferência pela liquidez será transferida aos mercados financeiros através de ordens de venda, que podem ocasionar um grande decréscimo nos preços dos ativos. Nesse contexto, os *market makers* têm um papel estratégico em estabilizar os mercados, pois, como operadores residuais, eles atuam contra as marés, como se fossem especuladores que tivessem, informação superior sobre os rumos do mercado. Se não existem salvaguardas, tal como um emprestador de última instância ou outro tipo de *market maker* amortecendo as variações nos preços dos ativos, o mercado por si só não apresenta um sistema automático de preços capaz de evitar esses movimentos. Como a volatilidade decor-

re da especulação, mercados devem ser organizados de modo a limitar as flutuações nos preços dos ativos. Isso deve ser feito estabelecendo-se regras de acesso aos participantes dos mercados financeiros e, principalmente, pela presença de um poderoso *market maker*. Em outras palavras, o formato institucional específico dos mercados financeiros determina seu potencial como um ambiente onde a especulação pode florescer.

Fazendo referência a Nova York, um dos maiores mercados financeiros do mundo, Keynes disse na *Teoria geral* que "quanto mais a organização dos mercados de investimento se aprimora, maior o risco de que a especulação predomine". Este parece ser o caso do aumento, nos dias de hoje, da globalização financeira, pois sob a ação dos *global players* (grandes gerenciadores de fundos), em um mercado mais liberalizado e integrado, a forma de operação dos mercados financeiros converte-se numa espécie de grande cassino global. A alta mobilidade dos capitais na economia, no presente, tem aumentado as transações especulativas em moeda estrangeira. Em contraste com os mercados fechados do passado, os fluxos de capital podem ter uma ação disruptiva sobre países e setores econômicos, chegando a comprometer a autonomia das políticas macroeconômicas domésticas. Aqui emerge o que chamamos "dilema da globalização": a globalização dos mercados financeiros aumenta as oportunidades de financiamento do investimento, com a diversificação dos instrumentos financeiros, mas esta tendência também pode gerar consequências econômicas negativas, que provocam o colapso das decisões de investimento.

OS ATAQUES ESPECULATIVOS

Em geral, os ataques especulativos resultam de ações de pessoas e instituições, com o uso de grandes quantias de dinheiro, sustentadas pelos bancos do país, para adquirir opções e futuros com opção de compra, a uma taxa de câmbio contratual mais baixa do que a taxa que eles estão esperando para o futuro próximo. A taxa esperada pode ser o resultado de uma análise de fundamentos, mas pode também resultar de expectativas formuladas tendo em vista o que os outros especuladores devem estar pensando sobre o comportamento futuro da taxa de câmbio. De novo, tudo dependerá das características específicas de cada mercado. Portanto, é necessário conhecer que tipos de regras limitarão ou promoverão o acesso aos mercados financeiros, bem como a qualidade do *market maker*.

Se os mercados dão um acesso livre aos especuladores e estes podem tomar emprestado uma grande quantidade na moeda local, as condições institucionais para o início de um ataque especulativo podem emergir.

Um ataque especulativo pode começar tão logo os especuladores acreditem que alguém possa converter seus recursos em moeda estrangeira, com o governo não sendo capaz de dar suporte à demanda total por essa moeda. Contudo, é impossível explicar *ex ante* o momento em que um ataque especulativo irá ocorrer, pois, como Keynes apontou, especulação é essencialmente uma atividade subjetiva, voltada para antecipar a psicologia do mercado. Além disso, os arranjos institucionais desta "era globalizada", desde o fim do sistema de Bretton Woods, não previnem as economias da ocorrência de ataques especulativos. Um ataque especulativo contra as reservas de um país é sempre possível em caso de ausência de um poderoso *market maker* e de regras que possam ser usadas para controlar as ações dos especuladores. Em um mundo não-ergódico e global não são necessários microfundamentos para explicar este tipo de comportamento.

O *mainstream* atribui a crise cambial à inconsistência nos fundamentos econômicos ou a algum tipo de falha informacional no mercado. Crises e volatilidade, nesse caso, não resultariam de variáveis econômicas endógenas, mas de variáveis exógenas. Na visão pós-keynesiana, alternativamente, a presença da incerteza torna possível ver a instabilidade como um fenômeno eminentemente endógeno. Em um mundo global e incerto, não se pode entender instabilidade financeira e ataques especulativos como "anomalias", pois eles são resultados esperados e possíveis, que emergem da própria forma de operação dos mercados financeiros em um sistema onde não existe uma estrutura de salvaguarda que exerça o papel de um *market maker* global.

Luiz Fernando Rodrigues de Paula é professor da Universidade Candido Mendes (Ipanema) e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lfpaula@ax.apc.org. Este artigo reproduz uma palestra proferida no V Post-Keynesian Workshop, realizado na Universidade do Tennessee, Knoxville, no fim de junho de 1998. Sintetiza argumentos de outro trabalho, elaborado em co-autoria com Antonio José Alves Joenior.

NOTAS

1. Ver J. Stiglitz, "Using tax policy to curb speculative short-term trading", *Journal of Financial Services* 3, p. 101-113, 1989.
2. Ver, por exemplo, P. Krugman, "Currency crises", mimeo, 1997.

SEMINÁRIO

Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional

DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1998

LOCAL: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (UCAM)

Faculdades Integradas Candido Mendes - Ipanema

Rua Joana Angélica, 63 - Auditório do 6º andar - Rio de Janeiro - RJ

O sistema financeiro nacional (SFN) vem sendo atingido diretamente pelas mudanças em curso no sistema financeiro internacional, em função do gradual processo de desregulamentação do SFN e dos impactos do processo de globalização financeira sobre o mercado nacional. Além disso, a reversão na trajetória inflacionária do país vem impactando diretamente o comportamento e a estrutura do SFN, que entrou numa fase de ajuste ao novo ambiente.

Conseqüentemente, a configuração do SFN está passando por mudanças profundas, por intermédio de uma onda de fusões e incorporações e de desnacionalização do setor bancário e, ainda, por alterações significativas tanto no aparato regulatório-institucional quanto nas condições técnicas de operação do setor.

Neste contexto, o Núcleo de Finanças, Macroeconomia e Moeda da UCAM, em conjunto com a Andima e o Corecon-RJ, está promovendo um seminário que pretende discutir temas atuais relacionados às perspectivas futuras do sistema financeiro brasileiro, tais como as possíveis conseqüências da regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal, o grau de independência do Banco Central, a internacionalização do mercado doméstico e o papel dos órgãos reguladores.

Para participar do seminário foram convidados, como palestrantes, autoridades e técnicos do governo, acadêmicos e dirigentes de bancos, que apresentarão - sob diferentes ângulos - diversas visões sobre as temáticas que serão discutidas no seminário. No próximo número divulgaremos o programa completo.

PROGRAMA

9 horas - CREDENCIAMENTO

09:30 às 10 horas - ABERTURA

Candido Mendes de Almeida (reitor da Universidade Candido Mendes)
Adhemar dos Santos Mineiro (presidente do Corecon-RJ)
Representantes das entidades patrocinadoras

10 às 12:30 horas

MESA 1: ART. 192 - PAPEL DA AUTORIDADE MONETÁRIA E DOS ÓRGÃOS REGULADORES

Palestrantes: Francisco Costa e Silva (CVM); Fernando de Holanda Barbosa (IBMEC); Saulo Queiroz (deputado federal)

12:30 às 14 horas - ALMOÇO

14 às 16 horas

MESA 2: PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO SISTEMA BANCÁRIO

Palestrantes: Paulo Ferraz (Bozano, Simonsen); Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ)

16 às 16:30 horas - COFFE-BREAK

16:30 às 18:30 horas

MESA 3: TENDÊNCIAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Palestrantes: Carlos Eduardo Lofrano (Bacen); Conccetto Mazzarella (Andima); Alfredo Neves (ABC Brasil); José Alfredo Lamy (Liberal Asset Management) - a confirmar

19 às 21 horas

PAINEL: TENDÊNCIAS DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Palestrantes: Ricardo Ffrench-Davis (Cepal) - a confirmar; Dércio Garcia Munhoz (Unb)

Promoção: Núcleo de Finanças, Macroeconomia e Moeda - NEFIN/UCAM e Conselho Regional de Economia 1ª Região - RJ

Apoio: Andima, IERJ e Sindecon

XIII CONGRESSO DA ANGE

Ensino de Economia no Brasil

REALIDADE E DESAFIOS

28 A 30 DE OUTUBRO DE 1998 - UFS - ARACAJU

Promovido pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), organizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, com apoio do Cofecon e do Corecon-SE, o próximo Congresso da Ange será integralmente dedicado às questões do ensino de Economia no Brasil e suas implicações junto à formação básica do profissional. O Congresso dará um passo além, visto que está estruturado de forma a contemplar a apresentação de trabalhos em maior número que nos Congressos anteriores, pois privilegia, em sua programação, o espaço destinado a seis mesas de comunicações sobre ensino de Economia, abordando temas a cuja importância intrínseca se somam a continuidade e o aprofundamento das discussões travadas nos últimos Congressos da Ange.

PROGRAMA

28 de Outubro

Manhã e Tarde - Encontro de PETs Economia

16 às 19:30 h - Credenciamento

19:30 às 20 h - Sessão de Abertura

Homenagem ao Jubileu de Ouro do Curso de Ciências Econômicas da UFS

20 às 22 h - Painel: "Crise econômica, da ciência ou do ensino de economia?"

22 h - Coquetel

29 de Outubro

9:30 às 12 - Comunicações: ensino de Economia

Mesa 1 - Teoria e história no ensino de Economia

Mesa 2 - Informática no ensino e na pesquisa de Economia

Mesa 3 - Métodos não-quantitativos na graduação

14 às 16:30 h - Sessão ANGE/COFECON - Ensino de Economia: Diretrizes Curriculares e Provão

16:40 às 18:30h - Sessão ANGE/S... - A Economia Política no Ensino de Graduação

20 às 22 h - Painel de conjuntura Ange/Corecon-SP

O Plano Real em questão: sustentabilidade das políticas macroeconômicas, déficit público e crise do emprego

30 de Outubro

9:30 às 12 h - Comunicações: ensino de Economia

Mesa 4 - Currículo de graduação: fundamentos, princípios e estrutura

Mesa 5 - Metodologia e novos paradigmas no ensino de Economia

Mesa 6 - Métodos quantitativos na graduação

14 às 15:40 h - Sessão Ange/DEE-UFS

Economia política das tecnologias da informação e da comunicação

16 às 17:30 h - Sessão Ange/Banco do Nordeste

O desenvolvimento regional ainda é uma questão?

17:30 às 19:30 h - Assembléia Geral da Ange

Informações: Corecon-SE - Tel/Fax: (079) 222-9476
e-mail: corecon@mail.eribeiro.com.br

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

O questionário novo, já encartado! A coluna do Fórum deste mês traz dados da execução orçamentária e informações sobre a Agenda 21 Local. Fique por dentro da nova proposta de Orçamento da Prefeitura e saiba tudo o que aconteceu no seminário "Participação no Orçamento".

QUESTIONÁRIO NOVO

Conforme anunciamos na última edição, já está encartado neste número do *Jornal dos Economistas* o novo questionário do Fórum. Além de mudanças no *lay-out* e da adição de algumas alternativas novas, neste ano o número de exemplares distribuídos será bem superior ao do ano passado. Serão ao todo 105 mil questionários, que terão o porte pago pelo Fórum através do convênio entre o Conselho Regional de Economia - RJ e os Correios. Responda, discuta e divulgue o questionário em sua comunidade!

AGENDA 21 LOCAL

Há mais de seis anos, aconteceu no Rio de Janeiro a Eco-92, conferência internacional promovida pela ONU para discutir as questões ambientais. Durante o encontro, foi assinada a Agenda 21, documento elaborado com a participação de representantes do mundo inteiro. Dentre as determinações do documento, está a criação da Agenda 21 Local, que visa a adaptar o desenvolvimento sustentável a cada região específica.

A Prefeitura do Rio de Janeiro criou, no dia 9 de setembro de 1998, o Fórum 21. Ele terá como objetivos elaborar, avaliar e acompanhar a implementação do Programa da Agenda 21 Local na cidade.

O Fórum 21, seguindo as premissas da Agenda 21, tem como objetivos básicos a proteção do meio ambiente e a melhora da qualidade de vida na cidade. Ele será composto por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, e por entidades da sociedade civil.

O Fórum Popular do Orçamento está na lei de implementação da Agenda 21 Local. Os membros do Fórum estão discutindo de que forma se dará sua participação nesse processo, já que as reuniões e conferências serão consultivas, e não deliberativas.

No dia 7 de outubro, o Fórum Popular do Orçamento participou da primeira conferência de outubro do Fórum 21, realizada na Urca. Essa primeira conferência teve como objetivo fazer o diagnóstico de alguns dos principais problemas da Zona Sul da cidade.

Durante o mês de outubro, serão realizadas mais quatro conferências, nas diferentes regiões da cidade.

PROPOSTA INDECENTE

Já chegou à Câmara a Proposta Orçamentária para o próximo ano. De acordo com o projeto, o orçamento do ano de 1999 será de R\$ 4.966.431.561,00. Os detalhes da proposta ainda serão discutidos, já que somente o corpo da lei foi publicado, sem seus anexos.

Entretanto, um "detalhe" chama atenção: o prefeito quer aumentar a margem de remanejamento, atualmente fixada em 20%, para 25% do total do orçamento.

"PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DO RIO DE JANEIRO"

O Fórum realizou, no dia 27 e 28 de agosto, o encontro de trabalho "Participação no Orçamento do Rio de Janeiro". O evento, que aconteceu no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), visou à discussão de temas relacionados à questão orçamentária no nosso município.

No dia 27, o seminário foi aberto com o tema "Participação, transparência e prioridades sociais no Orçamento do Rio: trajetória e resultados alcançados pelo Fórum". A apresentação baseou-se no documento redigido para recapitular a história do Fórum e sedimentar os debates do encontro de trabalho. O expositor foi João Roberto, pesquisador do Ibam e membro do Fórum. Ainda pela manhã, na primeira mesa do encontro de trabalho, Luciano Fedozzi (ex-coordenador do Gabinete de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre), Carlos Lessa (1º diretor-executivo do Conselho de Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro) e Adhemar Mineiro (presidente do Conselho Regional de Economia do Rio) falaram sobre o tema "Planejamento estratégico, plano diretor e Orçamento do Rio de Janeiro".

À tarde, os debates ficaram torno dos gastos com educação. Heraldo Reis, especialista em Finanças Públicas do Ibam, alertou para o perigo da proliferação dos fundos, já que isso poderia levar a um descontrole da contabilidade pública. João Monlevade, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, lembrou que o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) trouxe ganhos relativos. "Alguns municípios ganham, mas outros saem perdendo. Houve uma *marketização*", disse ele.

O vereador Jorge Bittar (PT-RJ) abriu a segunda mesa do dia 27, afirmando que o Orçamento público tem que deixar de ser uma peça de ficção. Bittar, que presidiu a Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, falou sobre o tema "Acompanhamento e controle das dotações orçamentárias", assim como Wieland Silberschneider, secretário municipal adjunto de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte.

No segundo dia, o tema foi "Fóruns populares de organizações sociais e a trajetória do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro: estímulo a uma reflexão crítica". Os palestrantes foram Luis Mário Behnken (membro do Fórum Popular do Orçamento e conselheiro do Corecon-RJ), Marcos Arruda (coordenador do Instituto Políticas Alternativas para o Cone-Sul) e Aurélio Vianna Jr. (secretário-executivo do Inesc e da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais).

À tarde, os membros do Fórum avaliaram os debates. Dentre as novas estratégias apontadas, foi enfatizada a necessidade de construir uma rede bem articulada de fóruns de políticas públicas e de captar e disseminar informação sobre o Orçamento entre as entidades que compõem o Fórum.

Também foi destacada a importância de se manter um diálogo com técnicos do serviço público, para um melhor conhecimento e tratamento mais adequado da informação relativa ao orçamento.

A divulgação dos dados relativos à execução orçamentária e aos remanejamentos, tanto na rede de informações mantida pelas entidades do Fórum, como na mídia em geral, também foi alvo de debates. Foi reiterada a necessidade de se ampliar a participação e a presença dos movimentos sociais urbanos na discussão sobre o Orçamento.

A realização do seminário só foi possível graças à parceria entre o Fórum, o Ibam, o Ibase e o Ficong.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As informações sobre a execução orçamentária deste mês referem-se ao que foi executado até 11 de setembro deste ano. Foram analisadas programas de Habitação, sobre a Bacia de Sepetiba e outros que norteiam o tema Enchentes no Rio de Janeiro. Também foram vistos alguns subprogramas sociais e não sociais. Selecionamos os que apresentam números mais significativos.

Há programas em que nada foi gasto, como os programas "Morar sem Risco"; "Obras de Contenção de Encostas em Assentamentos Populares a Cargo da Geo-Rio"; "Manutenção do Sistema de Drenagem Urbana em todas as áreas de Planejamentos" (em toda cidade), entre outros.

Há outros em que foram gastos valores bem abaixo da média esperada para setembro (75%, se consideramos os 12 meses do ano como sendo 100%). Dentre estes, deparamo-nos com um projeto muito divulgado pelo governo municipal. Trata-se do "Favela-Bairro", que até agora só teve 18% realizado do orçado inicialmente (R\$ 18.546.202,00) para este ano.

Ao analisarmos o resumo da proposta orçamentária para 1999, divulgada pelo *Diário da Câmara Municipal* em 1º de outubro de 1998, vemos que o governo municipal justifica futuros e maiores investimentos para esse programa, enfatizando os resultados alcançados nos dois anos de sua implantação. Ele argumenta que "cerca de 318 mil pessoas e 104 comunidades já foram atingidas, (...) o que representa 35% das pessoas que vivem nas favelas cariocas". Cabe questionar como é feito este cálculo, já que temos os "deficits" acima observados.

Um outro programa não menos importante para a população de baixa renda é o "Bairrinho" (urbanização de favelas com menos de 500 famílias). Este programa apresenta apenas 13% executado, de um total de R\$ 16.454.159,00 da dotação inicial. Além disso, observou-se um bloqueio da ordem de R\$ 3.839.461,00 e um remanejamento de seu orçamento para outras atividades no valor de R\$ 1.578.662,00.

O programa "Morar sem Risco" é mais um que se destaca negativamente, apresentando 16% de seu saldo executado até 11 de setembro. Como dotação inicial deste programa, temos R\$ 21.062.468,00. Evidenciou-se um saldo de remanejamento negativo no valor de R\$ 2.200.300,00, de seu item "obras e instalações", originalmente orçado para o ano inteiro em R\$ 18.787.910,00.

Para a Bacia de Sepetiba, foi orçado R\$ 30.203.606,00 para este ano em gastos em "obras e serviços de drenagem". Apenas R\$ 5.287.881,66 foram gastos até setembro, o que corresponde a 18% do previsto.

O subprograma de "Ensino Regular", que dispensa comentários sobre sua importância em nossa cidade, apresenta uma retirada para outros programas de R\$ 77.022.047,00. No início do ano, era previsto um gasto de R\$ 571.863.535,00. Tais números também são reforçados por um contingenciamento na ordem de R\$ 40.765,00.

Como não era de se estranhar, existem os programas que se destacam pela importância dada pela Prefeitura. Esses são os programas que têm seus orçamentos beneficiados através de "reforços" via remanejamento. Citamos o subprograma "Divulgação Oficial", em que se observa 71% já gasto, e R\$ 2.245.191,00 acrescentado a seu orçamento anual (R\$ 3.050.426,00) através de remanejamento, bem como o subprograma "Vias Urbanas" que apresentou um acréscimo de R\$ 8.842.39,00 na sua dotação inicial (R\$ 79.474.626,00). Lembramos da informação veiculada pelo Fórum para o jornal *Folha de S. Paulo* de 27 de setembro, que trata do comprometimento, através de empenho, de 97% do saldo em agosto de 1998 dos recursos em publicidade para o ano eleitoral em que estamos. Os dados da matéria não foram contestados pela Prefeitura.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do **Fórum Popular do Orçamento**

acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas a participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Renata Carvalho e Ruth Espinola.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

ENCONTRO

Panorama Social da América Latina

O COFECON - Conselho Federal de Economia - e os CORECON's - Conselhos Regionais de Economia - da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo convidam para apresentação no Brasil do **Panorama Social da América Latina**. Trata-se de importante documento de avaliação anual sobre os aspectos mais importantes da evolução social latino-americana. Alguns dos temas examinados são: emprego, distribuição de renda, pobreza, educação, situação dos jovens e crianças. Apresenta, também, a agenda social dos governos da região e um exame das novas orientações relativas às políticas para os distintos setores sociais.

Na edição de 1997 do **Panorama** deu-se prioridade à análise dos aspectos estruturais da distribuição de renda, composição do emprego e transmissão das oportunidades educacionais e profissionais da população. Destaca-se a magnitude dos desafios que delineiam a persistência da alta concentração da renda e da educação, fenômenos seculares na América Latina. Por último, são reconhecidas as necessidades de conciliar as políticas destinadas às áreas educacionais, demográfica, ocupacional e patrimonial, com o objetivo de lograr avanços no que diz respeito à equidade das oportunidades de bem-estar.

A edição do **Panorama** compreende sete capítulos e um anexo estatístico; sendo este constituído de 36 quadros com indicadores sócio-econômicos que permitem fazer uma análise quantitativa da situação social.

APRESENTADORES

CEPAL

Pedro Sáinz (Director de la División de Estadística y Proyecciones Económicas)
Rolando Franco (Director de la División de Desarrollo Social)

Rio de Janeiro

Adhemar dos Santos Mineiro (Presidente do Corecon-RJ) - Coordenador
Carlos Lessa (Conselheiro do Corecon-RJ e Decano do CCJE) - Comentarista

São Paulo

Carlos Roberto de Castro (Presidente do Corecon-SP) - Coordenador
Luís Carlos Thadeu Delorme Prado (Presidente do Cofecon) - Comentarista

Bahia

Carlos Herval de Viveiros Laranjeiras Barbosa (Presidente do Corecon-BA) - Coordenador
Fernando Cardoso Pedrão (Corecon-BA e Professor da UNIFACS) - Comentarista

Coordenação Geral: Luís Carlos Thadeu Delorme Prado (Cofecon)
Luiz Antônio Rodrigues Elias (Cofecon)

Conselho Federal de Economia: Web: <http://www.cofecon.org.br>
E-mail: cofecon@cofecon.org.br

LOCAIS E INSCRIÇÕES

São Paulo - 04 de novembro, às 20 horas

Auditório José Maria Arbex - 2º andar - Viaduto Nove de Julho, 26 - Centro - SP
Tel: (011) 3105-9031 - E-mail: corecon-sp@cofecon.org.br

Realização: Conselho Federal de Economia
Conselho Regional de Economia de São Paulo
Apoio: Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo
Ordem dos Economistas de São Paulo

Rio de Janeiro - 05 de novembro, às 18:30 horas

Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124 - 20º andar - Centro - RJ
Tel: (021) 224-0578 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org

Realização: Conselho Federal de Economia
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Apoio: Clube de Engenharia
Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro
Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

Bahia - 09 de novembro, às 19 horas

Auditório da UNIFAC (Prédio de Aulas, 5) - Av. Jorge Amado, 780 - Boca do Rio
Tel: (071) 341-1597 - E-mail: corecon-ba@upgrade.com.br

Realização: Conselho Federal de Economia
Conselho Regional de Economia da Bahia
Apoio: Departamento de Ciências Econômicas e Mestrado em
Análise Regional - UNIFACS

* As inscrições devem ser feitas nos respectivos CORECON's. Os primeiros quarenta e cinco inscritos receberão um exemplar da publicação.

PERFIL DO ECONOMISTA

O Economista junto à Sociedade

Com o apoio e divulgação da pesquisa **Perfil dos Economistas**, o Corecon-RJ está preparando campanha de divulgação sobre o papel do economista na sociedade, junto aos alunos de Ciências Econômicas das universidades do estado do Rio e a escolas de segundo grau do estado. No que se refere às universidades, os departamentos de Economia estão sendo contatados para agendar os eventos. No segundo caso, aguardamos apenas o envio pela Secretaria de Educação do Estado da relação de instituições de ensino do Segundo Grau para que possamos remeter a pesquisa e agendar as visitas de conselheiros a cada uma das interessadas. Contatos no Corecon: Secretaria de Assuntos Institucionais, telefone (021) 224-0578, fax (021) 509-8121.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

ENTREVISTA

DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

Estamos sob uma ditadura civil

Professor-titular da Universidade de Brasília entre 1968 e 1996, ex-presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social, Dércio Garcia Munhoz coordena hoje o ensino de Economia da Escola de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (núcleo de Brasília) e presta assessoria ao Poder Legislativo. Escreveu mais de duzentos artigos em revistas especializadas e três livros. Nesta entrevista concedida ao *Jornal dos Economistas*, em seu escritório em Brasília, a Júlio Miragaya, presidente do Sindecon de Brasília, Luiz Antonio Elias (*JE*) e César Benjamin (*JE*), avalia a gravidade da situação brasileira, prevê grandes dificuldades para o próximo ano e reitera suas críticas à condução da política econômica.

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Como o Sr. vê a situação brasileira hoje?

DÉRCIO GARCIA MUNHOZ: Desde, pelo menos, o pós-guerra não vivemos uma conjuntura econômica tão grave, pois ela combina estrangulamentos nos planos interno e externo. Os desequilíbrios são grandes e tendem a crescer com rapidez.

JE: Isso era previsível?

DÉRCIO: Sob certo ponto de vista, o quadro é surpreendente. No início deste governo, discutia-se se a equipe econômica, operando a partir de suas concepções, conseguiria manter a estabilidade da moeda. Na época, ninguém esperava que ela utilizasse instrumentos de forma não ortodoxa, sustentando por tanto tempo, por exemplo, uma grande valorização cambial. Se os analistas se enganaram, foi porque não levaram em conta a possibilidade de adoção de uma estratégia tão irresponsável. Afinal, apenas dez anos antes do Plano Real, tínhamos passado por situações terríveis, decorrentes de desequilíbrio externo. Pensávamos que isso

serviria de lição, mas estávamos enganados: a equipe econômica optou por manter a estabilidade artificial da moeda, criando de novo, em maior escala, aquele mesmo desequilíbrio. Em 1995, todos os indicadores dos painéis já estavam vermelhos, mas, mesmo assim, por razões políticas, a decisão foi buscar a inflação próxima a zero, a qualquer custo.

JE: A seu ver, qual foi o principal erro?

DÉRCIO: Usando a retórica da globalização, abrimos nosso mercado para insumos e bens finais produzidos no exterior, tornados mais baratos pela redução de tarifas e a valorização cambial. Conseguimos estabilizar os preços internos, mas o desequilíbrio externo apareceu de forma quase imediata. Depois de manter um balanço de pagamentos equilibrado, ou até superavitário, durante vários anos, já em 1995 tivemos um déficit de cerca de US\$ 18 bilhões. Em vez de corrigi-lo, preferimos manejar as taxas de juros para atrair dólares, nos financiar no curto prazo e constituir grandes reservas. Em 1995, o

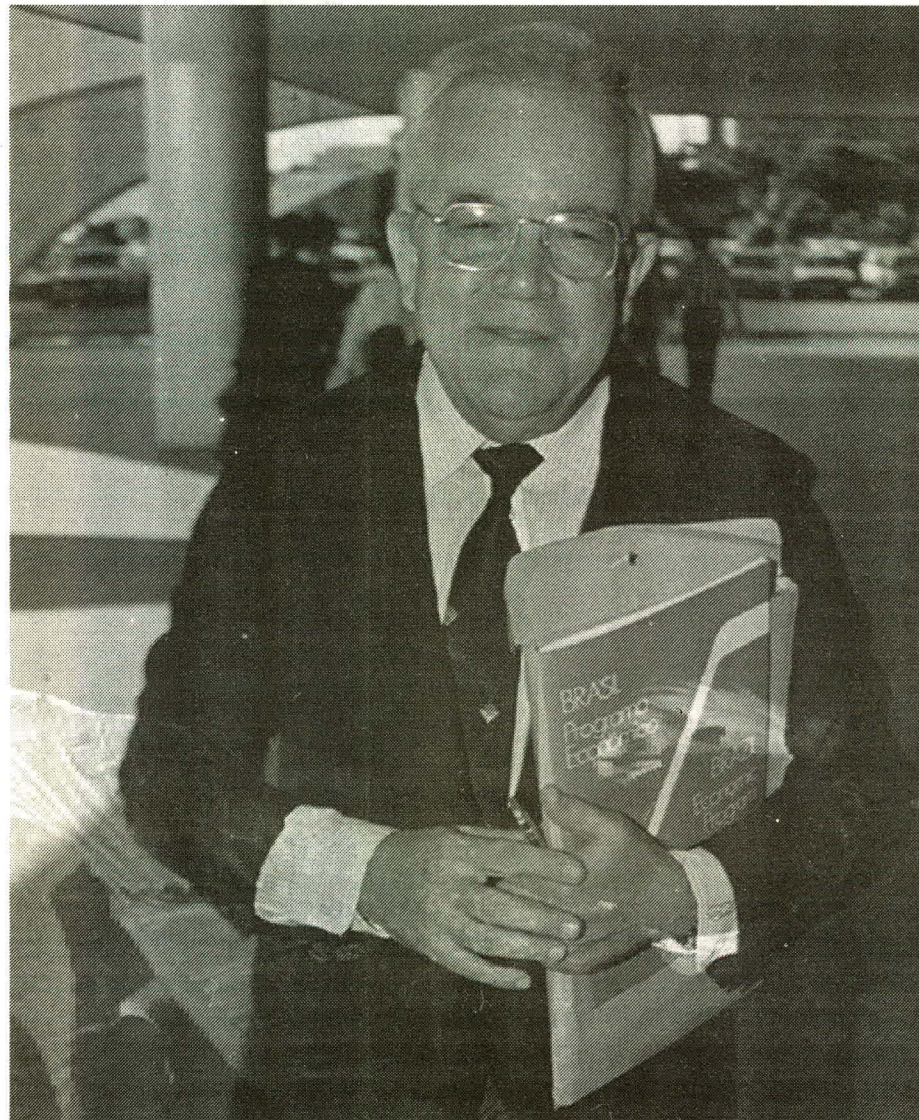


FOTO: EDIVALDO FERREIRA / CEDIDA PELA AGÊNCIA O GLOBO

governo pagou 54% de juros nos títulos públicos, para uma inflação de 15%. Em 1996, quando estávamos em um momento-limite para alterar a condução econômica, pesou a interferência da política. Mantivemos o modelo para não atrapalhar a reforma constitucional que visava a reeleição. Aprofundamos a atração de capitais de curto prazo, acreditando que altas reservas internacionais dariam solidez a essa política. Tal orientação equivocada continuou em vigor nos dois últimos anos, aproveitando as facilidades de financiamento então vigentes no mercado internacional.

JE: Se a política econômica fosse alterada, a inflação não voltaria?

DÉRCIO: Poderia voltar, mas baixa, controlada, desde que não se reintroduzisse indexação de curto

prazo na economia. Mas isso não era conveniente politicamente. Comprometeria o projeto da reeleição.

JE: Qual a origem da instabilidade atual?

DÉRCIO: No mundo de hoje, a grande massa de recursos disponíveis não vem mais de bancos comerciais que captam depósitos de seis meses a um ano e abrem linhas de financiamento com prazos mais ou menos longos, como ocorria nos anos 70. Agora, trata-se de capital de curto prazo, que tem um comportamento intrinsecamente instável, pois depende da rentabilidade e das expectativas imediatas sobre o comportamento das bolsas de valores e das taxas de câmbio.

Esses capitais entram para ganhar nas bolsas ou com os juros. Ora, depois de cada período de grande

valorização, eles tendem a migrar para garantir os ganhos obtidos. Isso provoca uma venda de papéis (que acelera a crise nas bolsas) e uma compra de dólares (que cria o cenário de uma crise cambial). Se a estabilidade da taxa de câmbio se torna duvidosa, com a expectativa de desvalorização, a saída de recursos é antecipada. A natureza do capital de curto prazo, que estava nos financiando, é que cria esses movimentos. As dificuldades que estamos enfrentando decorrem, portanto, da própria lógica como ele atua. Não caímos em armadilha nenhuma, nem somos vítimas de um ataque especulativo inesperado. Criamos nossa própria armadilha.

JE: O Banco Central não tem controle sobre o capital de curto prazo?

DÉRCIO: Nos anos 80, estabelecemos mecanismos que obrigavam esse capital a permanecer no Brasil durante certo tempo, mas eles foram eliminados em 1992. O predomínio desse capital sobre nossa economia se tornou muito amplo, e não temos como controlar seu fluxo de saída. Sequer sabemos qual é o volume de recursos que pode deixar o país. Os registros do Banco Central sobre investimentos estrangeiros são nebulosos ou distorcidos. As entradas e saídas de recursos estão registradas, mas não os ganhos internos obtidos por esses capitais. Não sabemos como eles se multiplicaram aqui dentro. Se for mantida a livre conversibilidade cambial, talvez o rombo provocado pela fuga não possa ser tapado nem com US\$ 50 bilhões nem com US\$ 100 bilhões.

Por outro lado, não se sabe quanto tem entrado para financiar investimentos físicos novos. Além de comprar empresas brasileiras já constituídas, a maior parte desses recursos vem para para financiar vendas com altos juros e para aplicar no mercado de ações. Esses investimentos financeiros, apresentados como se fossem de longo prazo, têm a mesma mobilidade do capital de curto prazo.

JE: E os recursos que entram com as privatizações?

DÉRCIO: Essas operações têm sido parcialmente financiadas pelo BNDES, com dinheiro do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), em moeda nacional. Os recursos que efetivamente vêm de fora não entram como investimento, porque os editais das privatizações não obrigam a isso. Entram como capitais de curto prazo, com custos elevados. Muitos vêm sob a forma de empréstimos, condicionados ao lucro das empresas privatizadas.

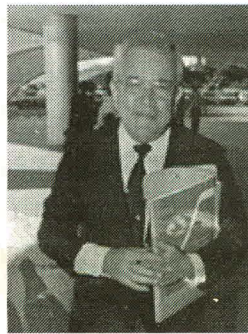
O que tem acontecido com a Light, no Rio de Janeiro, não é um acidente. Grande parte do que veio de fora entrou como capital de curto prazo. Depois, foi feita uma recontração parcial, que, na prática, exige a maximização de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio, para

cujos prazos se encurtam e cujo rendimento passou a ser pós-fixado.

JE: Quais as conseqüências sobre o Orçamento da União?

DÉRCIO: A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) criou uma monstruosidade: todo título público que vence aparece no Orçamento como despesa e todo título novo, colocado no mercado, aparece como receita. Ora, na medida em que passamos a trabalhar com títulos de prazo curto, que a toda hora vencem e são substituídos por novos, o volume de receita e despesa da União cresce em ritmo fantástico. O Orçamento do próximo ano previa receitas de R\$ 600

Todos os elementos de
desconfiança estão presentes:
câmbio valorizado, dívidas interna
e externa grandes, profundo
desequilíbrio nas contas públicas.
E as medidas que estão sendo
discutidas tendem a agravar
os problemas.



que a empresa pague esses empréstimos. Até nisso trabalhamos muito mal, ao não obrigar que, nas privatizações, o dinheiro estrangeiro entrasse como investimento direto, tendo que permanecer ligado ao empreendimento.

JE: Como estão evoluindo as condições de financiamento da dívida pública?

DÉRCIO: Quando há incerteza sobre a taxa de juros, o Banco Central abre um guarda-chuva para proteger o sistema financeiro. Os papéis pré-fixados se tornam de alto risco, pois, se a taxa de juros aumentar, os bancos se fragilizam: têm que pagar na captação mais do que recebem do governo. Para diminuir os riscos do sistema financeiro e mantê-lo interessado nos papéis do governo, estamos lançando títulos pós-fixados e títulos com correção cambial, que hoje já representam cerca de 30% da dívida pública em poder do mercado. O mais grave é que não temos mais controle sobre esse processo. Torna-se cada vez mais difícil girar esses papéis, cujo volume aumenta,

bilhões - agora, vai ser alterado e elas chegarão a R\$ 1 trilhão -, quando a receita real do Tesouro é de R\$ 130 bilhões e a da Previdência, de R\$ 50 bilhões. Isso desmonta o Orçamento como documento de referência. O Congresso perde a capacidade de decisão e fiscalização, pois recebe a toda hora uma nova mensagem pedindo, por exemplo, mais R\$ 100 bilhões de créditos extraordinários. Tudo por conta de uma ficção: títulos vencidos são despesa, títulos novos são receitas.

O quadro se agrava por causa de outro absurdo. Existem títulos do Tesouro em poder do mercado e outros em poder do Banco Central. Quando vencem os primeiros, o Tesouro coloca no mercado títulos novos. Quando vencem os segundos, títulos novos deveriam ser entregues diretamente ao Banco Central. Decidiu-se, no entanto, que o Banco Central não pode financiar o Tesouro. Ou seja, as duas instituições não podem estabelecer entre si uma ligação direta. O Banco Central pode ter títulos do Tesouro, mas tem que comprá-los no mercado. Assim, quan-

do vencem títulos que valem R\$ 10 bilhões e estão em poder do mercado e outros R\$ 10 bilhões que estão com o Banco Central, o Tesouro tem que oferecer ao mercado papéis novos no valor de R\$ 20 bilhões. Isso dá ao mercado uma enorme vantagem, pois ele ganha um diferencial comprando do Tesouro e vendendo ao Banco Central, além de forçar para cima as taxas de juros.

JE: Mesmo diante desses juros, a fuga de recursos tende a continuar?

DÉRCIO: Todos os elementos de desconfiança estão presentes: câmbio valorizado, que não poderá ser sustentado; dívidas interna e externa grandes e com elevadas taxas de crescimento; profundo desequilíbrio nas contas públicas, agravado pelo impacto do próprio choque de juros. E as medidas que estão sendo discutidas tendem a agravar os problemas.

Chegamos a um ponto em que não podemos mais ter estratégias coerentes para girar nossas dívidas. Colocamos papéis, no preço possível e das maneiras possíveis, de modo a tentar impedir a fuga dos recursos. Mas a eficácia da taxa de juros para deter a fuga de capitais é limitada ao curtíssimo prazo. Quanto maiores os juros, mais frágil se torna o quadro das finanças públicas. Maior, portanto, a desconfiança, agravada pelo desequilíbrio externo. Como o governo vai pagar esses juros, se eles são desproporcionais à sua receita? Como o país vai conseguir dólares suficientes para garantir a conversibilidade?

JE: Por quanto tempo a taxa de juros atual é sustentável?

DÉRCIO: Uma taxa de 40% que incide sobre uma dívida interna do Tesouro de R\$ 300 bilhões resulta no pagamento de R\$ 120 bilhões por ano, só em juros. São R\$ 10 bilhões por mês. A isso se somam os juros da dívida externa do Tesouro e os gastos com o diferencial de juros que pagamos para manter as reservas internacionais. Só com esses três componentes, podemos falar em algo como R\$ 12 bilhões de encargos financeiros mensais. Ora, a arrecadação total da União está abaixo de R\$ 11 bilhões por mês. Não há nenhuma possibilidade de pagarmos esses juros e mantermos funcionando, mesmo

ENTREVISTA

precariamente, o Estado nacional. Nossas dívidas só poderiam ser financiadas se o governo conseguisse colocar títulos com juros em torno de 6% ao ano. Isso, evidentemente, exigiria controle imediato sobre a saída de dólares, além de outras mudanças profundas na gestão da economia.

JE: *Aí entra a necessidade da reforma fiscal?*

DÉRCIO: Sou cético a esse respeito. Tudo o mais constante, essa reforma teria que dobrar a receita do Tesouro. Dentro de uma carga tributária total que chega a 32% do PIB, o Tesouro fica com 18% a 20%. Para dobrar sua receita, precisaríamos chegar a uma tributação total de mais de 50% do PIB. Um padrão semelhante ao da Suécia no auge da socialdemocracia, com o Estado de Bem-Estar funcionando a pleno vapor. É claro que não temos nenhuma possibilidade de chegar a esse patamar, até porque esse movimento não estaria associado a nenhuma melhora nos serviços prestados pelo Estado à sociedade. E a desorganização da economia seria inevitável.

JE: *E quanto às outras reformas?*

DÉRCIO: O discurso sobre reformas é a retórica que o governo vem usando para que não se discuta política econômica. Assim, ele absolve a si mesmo de toda responsabilidade e joga o foco sobre as despesas do Judiciário, a morosidade do Legislativo, as finanças municipais e estaduais, a Previdência Social, problemas de pessoal no serviço público – que não têm nada a ver com a crise que está aí. É uma grande encenação, para evitar tratar do que é essencial: mecanismos de política comercial, realinhamento cambial, etc. O cerne da questão é a política econômica, e não as reformas.

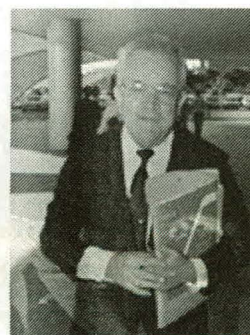
Volta e meia, a oposição e os governos estaduais são apontados na imprensa como culpados. A oposição, embora minoritária, teria o fantástico poder de bloquear as reformas salvadoras. Quanto às dívidas estaduais, estão em 2/3 de onde deveriam estar se aplicássemos a elas os mesmos custos e os mesmos percentuais de crescimento das dívidas federais nos últimos quatro anos. O governo federal fabrica dinheiro, faz

empréstimos externos e emite papéis sem nenhum controle, mexe no orçamento como quer, e ainda diz que os culpados pela crise são governos estaduais que, na verdade, têm amortizado dívidas que crescem puxadas pelos juros arbitrados no nível federal. É inacreditável.

JE: *E a possibilidade de um ajuste através do corte de despesas?*

DÉRCIO: O tamanho das dívidas e o impacto devastador da elevação dos juros eliminam qualquer margem de manobra por esse lado. Os cortes possíveis são simplesmente ridículos. Não há como obter receitas nem como comprimir despesas em escala minimamente eficiente para sustentar o pagamento dos juros.

A sociedade civil precisa ser novamente fortalecida para forçar o governo a negociar mais, tal como fizemos durante o regime militar. Não podemos aceitar a empulhação das reformas. Precisamos discutir a política econômica.



JE: *Como o Sr. vê o pacote de ajuda que está sendo negociado com o FMI?*

DÉRCIO: O modelo proposto pelo FMI chega a ser uma afronta ao pensamento. Sua hipótese de fundo é a de que os desequilíbrios externos são causados pelo déficit público. O governo demandaria bens e serviços em excesso, ou seja, gastaria mais do que a renda gerada internamente pode sustentar. Por isso, o FMI propõe uma política recessiva, com compressão dos gastos públicos, aumento de impostos e redução concomitante da renda disponível para famílias e empresas. Assim, o país diminuiria ou até eliminaria a necessidade de captar recursos no exterior.

Ora, todo o déficit do governo nasce dos juros que ele paga, grande parte para não residentes, e isso não pressiona a demanda de bens e serviços. Além disso, o diagnóstico do FMI parte do pressuposto implícito de que há pleno emprego, pois só nesse caso seria preciso reduzir a demanda interna para gerar excedentes expor-

táveis. Temos uma capacidade ociosa de 25% na indústria, o que significa, só aí, um investimento da ordem de US\$ 250 bilhões que está esterilizado. Temos ociosidade também na agricultura, além de um desemprego altíssimo. Nada disso está sendo levado em conta.

O FMI virá com o seu procedimento clássico de promover uma recessão, para criar um grande excedente de capacidade produtiva interna e reduzir a demanda por importações. Isso agravará nossos problemas. Caem o nível de atividade, a renda interna, o emprego, a arrecadação tributária, e assim por diante, sem gerar nenhuma solução. Só sairemos da crise produzindo mais, e não menos.

JE: *Como o Sr. vê o cenário de recessão, previsto para 1999?*

DÉRCIO: Muitos países, além do próprio Brasil, já fizeram ajustes recessivos. Mas são poucas as experiências de fazer esse tipo de ajuste em uma economia que já está em recessão. Isso significa reduzir renda numa economia que já opera com arrocho salarial, aumentar o desemprego numa sociedade onde o desemprego já é alto, e assim por diante.

É uma situação muito delicada, tanto no plano econômico, pois os empresários não têm como tomar decisões racionais, quanto no social, pois podem-se criar situações de perda de controle, com ameaça à estabilidade das instituições. O preço do ajuste mexicano de 1994, por exemplo, foi muito alto. O presidente Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições, mas só o tempo dirá se foi ele o vitorioso de verdade. O PFL, por exemplo, é essencial para manter a governabilidade, mas pode descomprometer-se com o governo mais adiante.

JE: *Que impacto a recessão terá sobre a crise?*

DÉRCIO: Mesmo que se consiga manter o controle social e a governabilidade (o que não é certo), os investimentos vão ser paralisados, o desemprego vai aumentar, haverá queda generalizada de renda. Como, nesse contexto, vamos recuperar a capacidade de competir no exterior? Uma economia que não investe envelhece tecnologicamente. E a diminuição das quantidades produzidas provoca aumento de custos. Esses dois vetores apontam para a possibilidade de que venhamos a fazer um "ajuste ao contrário", piorando a médio prazo nossa situação externa.

JE: *Isso se aplica às demais formas de "ajuda" internacional?*

DÉRCIO: Quem pode assegurar que as instituições estrangeiras, nas quais pretendemos nos escorar, não estão falidas? Acabou de quebrar, com grande estrondo, uma financeira comandada por dois economistas que receberam o Prêmio Nobel justamente por terem desenvolvido modelos de previsão de riscos...

A solução dos nossos problemas não depende dessa ajuda, mesmo que ela chegue a US\$ 30 bilhões ou US\$ 50 bilhões. O que vamos fazer com esses dólares? Continuar garantindo a livre saída deles do país? Ou o mesmo que fizemos em 1995, quando acumulamos reservas altas para desestimular a especulação? Estamos vendo onde nos levaram as bravatas do Gustavo Franco.

JE: *O quadro atual pode ser mais grave que o dos anos 80?*

DÉRCIO: Sim. Em 1981, a produção industrial caiu 10%, e em 1983, mais 4%. Mas, depois da queda dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais, do aumento da produção da Petrobras e do Proalcool, tudo somado a uma desvalorização cambial de 30%, aumentamos significativamente nossas exportações.

JE: *Poderemos trilhar agora o mesmo caminho?*

DÉRCIO: No início dos anos 80, quando os bancos internacionais suspenderam os financiamentos novos e a recontração dos antigos, fizemos um ajustamento via substituição de importações, especialmente na área

— ENTREVISTA —

energética, e, como disse, conseguimos aumentar bastante as exportações, inclusive de manufaturados, em parte graças à grande desvalorização cambial. Mesmo assim, levamos entre quatro e sete anos para conseguir um reequilíbrio externo. A questão interna foi equacionada através de outro expediente: o Banco Central foi obrigando estados, municípios e empresas (privadas e estatais) a liquidar em moeda nacional as prestações de suas dívidas externas, assumindo ele mesmo o papel de devedor internacional. Com o dinheiro recebido, o Banco Central comprava títulos do Tesouro no mercado. Assim, a dívida do Tesouro, em vez de explodir na rua, ficou na carteira do Banco Central, com recursos oriundos da dívida externa. O Banco Central, por sua vez, ganhava no diferencial de juros internos e externos.

Hoje, tudo se tornou mais complexo. O endividamento dos anos 70 foi feito em paralelo a um aumento na nossa capacidade de substituir importações. O dos anos 90, ao contrário, foi feito em paralelo a uma redução do índice de nacionalização da produção. Nos últimos anos, na média, a participação de produtos importados no valor da nossa produção industrial passou de 5% para 15%.

Nos anos 80, nossas contas externas foram de início muito pressionadas pelos juros e as necessidades de importar petróleo, mas ambos os componentes tenderam a diminuir, pela queda dos juros ao longo da década e pelos avanços na produção interna de óleo. O tempo, portanto, jogou a nosso favor. Hoje, temos uma situação muito mais rígida, e as variáveis

externas são perversas. Os capitais de curto prazo estão exigindo uma remuneração muito alta, e a falta de confiança é generalizada. Nossa indústria, que se tornou muito dependente de componentes estrangeiros, terá que fazer um movimento contrário, pois terá de haver mudanças nas políticas comercial e de câmbio. E a economia real está muito fragilizada.

JE: E quanto à expansão das exportações?

DÉRCIO: O cenário internacional não abre muitos espaços para uma estratégia exportadora agressiva. Não estamos só diante de um problema de câmbio, mas também de mercados: o Japão e o Leste da Ásia estão em crise, os Estados Unidos já têm um grande déficit comercial com o mundo, a Europa está tendendo a se fechar.

Além disso, nos anos 80, a produção de superávits comerciais da ordem de US\$ 13 bilhões a US\$ 15 bilhões equilibrava nossas contas externas. Hoje, para obter esse resultado, precisaríamos passar de um déficit comercial de US\$ 6 bilhões para um superávit de cerca de US\$ 27 bilhões. Não é razoável esperar que isso ocorra, até porque nosso desempenho no comércio exterior tem sido medíocre.

Nossa participação no comércio mundial baixou de 1% para mais ou menos 0,7%. No mundo, os fluxos de comércio cresceram 60% entre 1990 e 1997. No mesmo período, nossas importações cresceram 200% e nossas exportações 35%, já incorporando os ganhos que tivemos com os aumentos de preços dos produtos agrícolas no ano passado.

Adotamos um comportamento

atípico. Poucos países – entre eles, a Argentina e o México – usaram, como nós, a retórica da globalização para abrir suas importações, de modo a manter artificialmente a estabilidade de suas moedas. Estes estão quebrados. A grande maioria dos países – e a Europa é um exemplo – acionou mecanismos de autodefesa e não embarcou nessa retórica. Portanto, nossa fragilidade não tem nada a ver com uma globalização abstrata ou com os problemas financeiros internacionais mais recentes.

JE: E a situação no front interno?

DÉRCIO: No fim dos anos 80, tínhamos uma crise inflacionária, mas os níveis de emprego e de salários eram razoáveis. Hoje, não. E, para desfazer o imenso nó financeiro criado pelas dívidas, o governo não tem mais a preciosa ajuda da inflação. Não pode fazer o que se fez em ocasiões anteriores: criar uma nova moeda, dando nessa transição um calote total ou parcial no que ficou para trás.

JE: O que se pode fazer nessa situação?

DÉRCIO: Minha esperança é de que agora, quando a equipe econômica vier com seus arroubos de sapiência e arrogância, a sociedade consiga dizer: “Calma lá, já conhecemos a capacidade de vocês para gerar situações caóticas.” É preciso mudar a política econômica e, portanto, a equipe que a conduz. Se for o caso, busquem-se outras pessoas dentro do próprio grupo que está no poder. Elas existem.

A sociedade civil precisa ser novamente acionada e fortalecida para forçar o governo a negociar mais. Não

podemos aceitar a empulhação das reformas. Precisamos discutir a política econômica. O Conselho Federal de Economia poderá ter um papel importante na rearticulação das entidades da sociedade civil, tal como fizemos durante os governos militares.

JE: A sociedade civil parece bastante desarticulada...

DÉRCIO: O espaço de debates que temos tido nos últimos anos é menor do que aquele que tínhamos sob vários governos militares. Estamos sob uma ditadura civil. Quando um governador filiado ao PDT orientou a bancada parlamentar sob sua influência para votar contra a emenda da reeleição, um ministro declarou publicamente que ele seria destruído. Para deter o massacre, ele teve que se filiar ao PFL. Diversos estados tiveram recursos federais adiantados, por conta de privatizações futuras de suas empresas, mas esse mesmo tratamento foi negado a Pernambuco, cujo governador não aderiu. A Federação está enfraquecida, pois os estados dependem da boa vontade do governo central. Aliás, um componente político importante do período que se abre é justamente a dúvida sobre se teremos governadores discutindo as coisas ou governadores rastejantes, reduzidos a meros pedintes.

Apoiado na mídia, que perdeu sua independência, esse governo age com um poder discricionário, absoluto e ilegítimo. Entre os empresários, quem não adere sabe que será discriminado, asfixiado. Isso me parece fascismo. É preciso conter esse processo, diminuindo o superpoder do governo central.

— ANPEC —

XXVI Encontro Nacional de Economia

8 A 11 DE DEZEMBRO DE 1998 – VITÓRIA (ES)

Anualmente a Anpec realiza seu congresso na primeira quinzena de dezembro. Representa o maior evento nacional na área de economia. Nele são apresentados os textos mais importantes produzidos pela academia, explorando as fronteiras do conhecimento científico da Teoria Econômica e da Economia Política. Existe também a preocupação com a realidade social, econômica e política nacional, enfocada em vários painéis e sessões temáticas, inclusive de caráter conjuntural. Além disso, são abordados temas de interesse regional, mormente com relação ao local onde se realiza o Encontro. Existe um painel sobre a conjuntura econômica do país, no momento do encontro, sempre concorrido e com a presença de renomados economistas, muitos deles atuando na área pública. Finalmente, existe uma aula magna, ministrada por personalidade nacional no campo da Economia, e que tenha prestado relevantes serviços para ampliação do conhecimento científico na área, sob a óptica das instituições acadêmicas brasileiras. Especialistas estrangeiros de renome têm tido participação ativa no Encontro Nacional da Associação.

Maiores informações: Tel: (071) 329-3656, 329-3662, 329-4522 ramal 225 • Telefax: (071) 329-2273

SINCE debateu infra-estrutura, crise e futuro do mercado de trabalho

O XV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) realizado de 1 a 4 de setembro em Foz do Iguaçu, reuniu 138 delegados que através dos Grupos de Trabalho (GT's), palestras e moções discutiram de forma aprofundada alguns dos principais desafios da economia brasileira (como a necessidade de criar novos esquemas de financiamento para a infra-estrutura) e do mercado de trabalho do economista num momento em que o mundo passa por transformações dramáticas que criam desafios inteiramente novos para os profissionais dessa área.

A sinergia dos diversos Corecons foi uma das marcas registradas dos GT's sobre "Desregulamentação das Profissões e Estrutura do Sistema Cofecon/Corecons" (GT1), "Formação do Economista e Mercado de Trabalho" (GT2) e "Financiamento à Infra-estrutura" (GT3). As análises e conclusões a que chegaram esses grupos de trabalho são apresentadas nesta matéria especial sobre XVII Since, do Jornal dos Economistas. Além dos GTs, os delegados aprovaram duas moções. Uma delas, defendendo os direitos da categoria do Incra e no DNPM e a outra alertando para a extrema vulnerabilidade da economia brasileira, cujo modelo de gestão macroeconômica está baseado numa enorme dependência dos capitais especulativos de curto prazo, de grande volatilidade e inteiramente descompromissados com o futuro do país. Uma dependência que não poderá ser enfrentada com medidas paliativas e que exige, sem demora, a rediscussão do modelo de desenvolvimento.

O Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) teve presença marcante nos debates realizados no XVII Since, através de seus delegados credenciados. Os delegados do XVIII Since, a ser realizado no ano 2000, já têm encontro marcado em Ouro Preto, cidade considerada patrimônio da humanidade pela Unesco, na qual os profissionais da categoria farão uma reflexão sobre os rumos da profissão no século XXI. Para vencer a disputa, o Corecon-MG travou uma saudável batalha com o Corecon-PA, que queria sediar o encontro em Belém.

DELIBERAÇÕES APROVADAS

Relatório do GT 1 – Desregulamentação das profissões e estrutura do Sistema Cofecon/Corecons

Coordenador: Antonio Carlos da S. Barreto (Cofecon)
Relator: Adhemar S. Mineiro (Corecon-RJ)

O trabalho inicial do grupo consistiu na exposição de Francisco Magalhães (PR) e José Luiz Pagnussat (DF) sobre o tema, e de apresentação da proposta de planejamento estratégico pelo conselheiro federal Antônio Corrêa de Lacerda (SP).

Na apresentação dos expositores e nos debates que se seguiram, foi ressaltado o alto grau de incerteza que prevalece neste momento quanto aos cenários futuros dentro dos quais se pode visualizar o funcionamento do Sistema Cofecon/Corecons, o que aumenta a responsabilidade das definições que devem ser tomadas, ressaltando-se que devem se dar de forma cuidadosa e com o máximo de consenso possível, buscando agir

de forma firme e segura, sem precipitações e com possibilidade de adaptação a cenários diferenciados.

Foi realçado ainda o fato de, ao contrário de outras categorias, o Sistema hoje funcionar dentro de um bom nível de coesão e integração, compreensão similar quanto aos passos futuros a serem dados, sendo gerido dentro de um ambiente de co-responsabilidade e de sinergia entre os seus diversos níveis de atuação.

Após o debate, foram apresentadas várias propostas, debatidas ao longo dos trabalhos do segundo dia. Várias destas propostas estão incorporadas à proposta de planejamento estratégico, resultado de trabalho de

comissão especial do Conselho Federal (anexo). Além destas, foram apresentadas e aprovadas as seguintes propostas:

- Sobre o artigo 8º da Resolução 1649/98: a Comissão prevista no artigo 8º deve ser formada de 7 pessoas (1 representante de cada uma das regiões do país e mais um representante de cada um dos dois Conselhos Regionais com maior número de inscritos – SP e RJ);

- Necessidade de aperfeiçoar o sistema de votação por correspondência, para o que foi informada a existência de uma proposta do Corecon-RS, e outra do Sindicato e da Sociedade de Economistas do Rio Grande do Sul;

- A ser remetida ao Grupo de Trabalho 2, por tratar do tema mercado de trabalho: Incentivo a aglutinação dos economistas em cooperativas de trabalho, como forma de atenuar o problema do desemprego na categoria e dar novas opções aos economistas.

Segue anexo a proposta de planejamento estratégico, incorporando as sugestões apresentadas. Além destas, dirigentes do Sindicato e da Sociedade de Economistas do Rio Grande do Sul apresentaram uma série de propostas ao planejamento estratégico que o grupo decidiu remeter à Comissão, repassando-as ao seu relator, conselheiro federal Antônio Corrêa de Lacerda, a título de sugestões.

* Durante a Plenária Final do XVII SINCE foram indicados pelas respectivas jurisdições os nomes dos economistas que irão compor a Comissão: Paulo Souto (Corecon-RJ), César Costa (Corecon-SP), Francisca Lucileide A. Silva (Região Norte), Tomaz Aquino G. Matos (Região Nordeste), Júlio Miragaya (Região Centro-Oeste), Júlio Pires (Região Sudeste), Maria Inês C. Freitas (Região Sul).

Relatório do GT 2 – Formação dos economistas e mercado de trabalho

Coordenador: Ronaldo Rangel (Corecon/RJ)
Relator: Vander Piaia (Corecon/PR)

Os delegados inscritos no GT Formação dos Economistas e Mercado de Trabalho, cujas discussões se serviram das exposições preliminares dos professores José Rubens Garlipp, Carlito Zanetti e Maria Tereza Audi, vêm expor suas conclusões ao Plenário do XVII SINCE.

Preliminarmente torna-se necessário explicitar o contexto da análise elaborada pelo GT, destacando-se as condições atuais e os cenários do mercado de trabalho do economista e os processos educacionais que organizam a graduação em Ciências Econômicas.

De modo geral, a avaliação desenvolvida pelos expositores, e corroborada pelo GT, reveste-se fundamentalmente de dois aspectos. Um deles diz respeito à demanda pelos cursos de Ciências Econômicas, cujos níveis mostram realidades bastante diferenciadas: certa manutenção, e mesmo cresci-

mento, em determinadas regiões do país - notadamente nas escolas públicas, enquanto assiste-se a uma diminuição da demanda pelos cursos em outras regiões e, mais especialmente, nas escolas particulares. Concomitante a isto vem somar-se o fato de que Economia está entre as dez carreiras

DOCUMENTO

mais buscadas nos cursos vestibulares. Aliam-se a isto outros fatos, tais como o nível médio de renda do profissional economista – que, em confronto com algumas profissões mais tradicionais, demonstra, de acordo com compilação estatística do próprio Cofecon, um patamar adequado, mas, obviamente, não ideal. Neste contexto, é necessário também lembrar o papel primordial da Resolução CFE 11/84, que normatiza e orienta a elaboração das grades curriculares dos cursos de graduação em Ciências Econômicas, dotando o futuro profissional de eficiente instrumental para análise e compreensão dos processos de mudanças vertiginosas a que estão submetidas a economia e a sociedade. A propósito, seria lícito recordar que, dentre as ciências sociais, a Economia sempre se manteve destacada, em virtude do escopo abrangente e multidisciplinar do seu campo de conhecimento.

O outro aspecto é justamente aquele em que se constatam os diferentes graus de problemas e dificuldades, quer de origem endógena (capacitação docente, diferentes condições infra-estruturais, projeto político-pedagógico das instituições, por exemplo) ou de ordem exógena (isto é, aquelas atinentes às mudanças complexas e fundamentais que se verificam na dinâmica econômica, cujos reflexos atingem a economia e a sociedade contemporâneas). É exatamente neste espaço – o social – aquele em que se acirra a competição, não somente por mercados mas, fundamentalmente, por empregos e colocações no mercado de trabalho. Dentro deste contexto, que poderíamos classificar como crítica interna, é que se desenvolveram as avaliações do GT, apresentadas abaixo, seguidas de sugestões que, acatadas, permitirão manter a solidez e a qualidade da graduação em Ciências Econômicas, naquilo que a formação básica dos profissionais contribui para uma inserção comprometida com a realidade.

As profissões e os respectivos campos de atuação estão assistindo a uma clara transformação no mercado de trabalho, independentemente da graduação e de títulos acadêmicos. Certamente que a demanda por emprego não se define exclusivamente em função da formação básica ou da especialização universitárias. Hoje, mais que ontem, são definidas e redefinidas as áreas e os interesses para a atuação profissional, que transcende a habilitação formal. Tal contexto implica, a um só tempo, a possibilidade de expansão ou de redução do campo de atuação do economista.

Face à análise anterior, identifica-se um acirramento dos chamados “conflitos de competência” entre o exercício profissional do economista e diversas outras profissões regulamentadas com destaques para os pro-

fissionais de Ciências Contábeis, Administração, Engenharia, etc, nas quais seus conselhos profissionais, tanto no âmbito federal quanto nos regionais têm exercido ações agressivas de “reserva de mercado profissional”.

· Critica-se a incapacidade do Sistema Cofecon/Corecons de atuar junto ao poder público e ao Legislativo, no intuito de incluir, nos atos jurídicos constituídos, questões de interesse do profissional de economia, tanto para a defesa e preservação de sua área de atuação, quanto para sua ampliação. Note-se que os demais conselhos federais profissionais conseguiram, ao longo dos anos, aprovar “termos de Lei” que lhes garantem direitos de exercício profissional e que, em caso de litígios jurídicos com o Cofecon, terão prevalência sobre as normatizações internas expedidas por nosso Sistema.

· Agravam-se os problemas mencionados, na medida em que diversas e importantes empresas vêm retirando de seus planos de carreira a função de economista, incluindo-se entre elas algumas que têm a obrigação legal de manter em seus quadros profissionais “economistas responsáveis”, num claro desrespeito à legislação em vigor. À guisa de ilustração, mencionamos o Banco do Brasil, CEF, BNDES, etc.

· Por seu turno, é consenso no GT que a formação básica do economista permite uma qualificação ampla e perfeitamente ajustada ao atual cenário competitivo do mercado de trabalho, assim como o habilita para enfrentar as transformações futuras. No entanto, há uma inegável dificuldade de difusão articulada de tal quadro e de suas perspectivas, em certo sentido dificultada por desinformação em relação à realidade da demanda por egressos dos cursos de graduação em Ciências Econômicas.

· Identifica-se, ainda, que a par da vantagem comparativa da formação holística que caracteriza o curso de Ciências Econômicas, nem mesmo atividades tradicionais, consagradas e regulamentadas da profissão são conhecidas pelo mercado de trabalho, que desconhece, por exemplo, nossa habilitação para o exercício de auditoria, peritagem judicial, mediação e arbitragem, atuação em áreas do meio ambiente, etc.

· Há unânime concordância com relação ao fato de os termos da Resolução CFE 11/84 estarem em perfeita consonância com as questões acima mencionadas, quer sejam com as necessidades de formação básica do profissional para as exigências do mercado de trabalho atual, quer para suas tendências futuras, em que o caráter multidisciplinar e a transdisciplinariedade serão crescentes.

· Há uma relevante preocupação com a proposta de modificação das diretrizes curriculares determinadas pelo MEC, na

medida em que a prevista “flexibilização dos cursos” tende a afastar a graduação superior das características regulamentadas em lei do exercício profissional, o que aponta para uma aparente estratégia do poder público no sentido de promover uma ampla desregulamentação profissional.

· Embora a relação candidato/vaga para os cursos de graduação em Ciências Econômicas mantenha-se constante – e, em algumas regiões, crescente –, destaca-se a preocupação deste GT com a queda da referida demanda para os cursos oferecidos por instituições de ensino superior particulares, notadamente, no interior do país.

Assim, o Grupo de Trabalho vem apresentar, nos termos do Art. 16 da Resolução 1.560 de 05/03/88, suas conclusões, sugerindo um conjunto de ações concretas a serem implementadas pelo Cofecon no sentido de garantir o pleno e eficaz exercício profissional do economista, assim como a garantia de sua adequada formação:

1. Reiterar a defesa da manutenção da Resolução CFE 11/84 como diretriz curricular para o curso de graduação em Ciências Econômicas no país, principalmente em suas características de formação holística, de pluralidade teórica e comprometimento ético, confirmando moção aprovada no XII Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em Fortaleza em 1997.

2. Promover campanha de divulgação das vantagens comparativas do economista para inserção no mercado de trabalho, sugerindo-se o mote “um profissional que está preparado para...” Ampliar a citada campanha de divulgação para as escolas de segundo grau, acrescentando-se a ela os projetos inovadores e a busca da qualidade no ensino de economia desenvolvida pelas instituições de ensino públicas e privadas do país. Tal campanha poderia estar centrada em vídeos institucionais e outras mídias de ampla penetração.

3. Contratação de pareceres de juristas (de renome nacional e notório saber) sobre a atividade profissional do economista, explicitando de forma inequívoca a área de atuação do economista, principalmente aquelas que, por qualquer razão, levem a “atividades conflitantes” com outras profissões, tendo como parâmetro os termos da proposta encaminhada pelo Corecon-MG apenas sobre uma área específica.

4. Sugestão para que os cursos de graduação em Ciências Econômicas incluam em suas grades curriculares a disciplina “Perícia econômica e financeira”.

5. Encaminhamento na Justiça competente, em instância máxima, de ação declaratória, que esclareça a habilitação do economista, para realizar perícias econômica-financeiras nas áreas pertinentes, fundamentada em parecer de juristas de notório saber, explicitando a atividade profissio-

nal e áreas de atuação. Em paralelo a este procedimento, deverá haver uma ampla e permanente divulgação do resultado das demais ações jurídicas em curso referente ao exercício profissional.

6. Elaboração de normas e resoluções complementares que garantam o exercício profissional em todas as áreas de atuação, tendo como modelo a sugestão encaminhada pelo Corecon-MG, bem como gestões junto ao Poder Legislativo, Executivo e Judiciário para referendar em Leis tais garantias.

7. Vigilância do Cofecon e Corecons diante das novas carreiras multidisciplinares, em que atribuições típicas de economistas acabam sendo executadas por outros profissionais, relegando-se a contratação de economistas.

8. Reedição, com ampla divulgação do Caderno de Resoluções, dos Debates Jurídicos, do Conjunto de Normas e Código de Ética, e da resolução 11/84, além de torná-las disponíveis na *home-page* mantida pelo Cofecon.

9. Autorização para a expedição de registros provisórios para graduados em cursos cujo funcionamento está autorizado pelo MEC, mesmo que ainda não reconhecidos. Tal registro seria concedido mediante o prévio conhecimento e aceitação da condição de que a inscrição definitiva só será possível mediante competente registro do diploma no MEC, e que este está condicionado pela Legislação Educacional em Vigor.

10. Remodelar, simplificar e atualizar as tabelas de honorários e custos de serviços prestados pelo economista, além de divulgá-las nas *home-page* e jornais do sistema Cofecon/Corecons

11. Incentivar a criação de cooperativas de trabalho, como forma de atenuar problemas de desemprego na categoria e dar novas opções ao economista

12. Executar gestões efetivas do sistema Cofecon/Corecons no sentido de se contrapor à desregulamentação geral e ampla, pautada pelo regime de liberdade de mercado, descompromissada, destarte, com a qualidade da formação do economista e com o exercício profissional ético, consistente, e comprometido com a ciência e a sociedade, proposta a partir da habilitação e formação superior desvinculada da diplomação e do regime regulamentar de profissões socialmente fiscalizadas.

Além das conclusões apresentadas, o Grupo de Trabalho sugere para aprovação a seguinte moção.

a) Contra a discriminação que vem sofrendo o economista, em termos da exclusão da função dos planos de carreira, principalmente, no que tange ao espaço profissional em atividades de caráter multidisciplinar, a exemplo dos casos ocorridos nos órgãos Incra e DNPM.

DOCUMENTO

Relatório do GT 3 – Financiamento à Infra-Estrutura

Coordenador: Nelson Chalfun (Corecon-RJ)

Relator: Afonso Reis Duarte (Corecon-SP)

1. A disponibilidade de serviços de infra-estrutura é condição básica para a realização de qualquer atividade econômica. Qualidade e quantidade desses serviços e o nível das tarifas cobradas aos usuários definem a competitividade das economias nacionais. Para ser competitivo, não basta dispor da melhor tecnologia, da melhor capacidade gerencial, de excelente mão-de-obra, de suprimento adequado de financiamentos. Para produzir de forma eficiente é necessário também dispor de facilidades de infra-estrutura que permitam melhorar o nível e a qualidade das relações entre empresas, e entre estas e seus mercados.

2. A economia brasileira, desde o início dos anos 90, foi submetida a um choque liberalizante, e passou a enfrentar a concorrência crescente da produção importada, sem que houvesse um planejamento prévio e uma preparação de suas empresas para esse novo cenário, ao contrário do que ocorreu na principais nações desenvolvidas do mundo. O Brasil eliminou praticamente todas as suas barreiras às importações, mas tem suas exportações submetidas a toda sorte de proteções tarifárias e não-tarifárias nos mercados internacionais. O resultado: *déficits* comerciais e de serviços sucessivos em nossas contas externas.

3. As empresas brasileiras são chamadas a participar de um esforço exportador, mas, por não dispor de oferta de serviços de infra-estrutura adequados e equivalentes aos padrões internacionais, não têm conseguido ocupar ou ampliar seus mercados internacionais. Excetuadas pelas *commodities* e pela produção manufatureira de alguns setores tipicamente internacionalizados (indústria automobilística, por exemplo), a participação da produção brasileira é insignificante no total das transações comerciais mundiais.

4. O território brasileiro não dispõe de eficientes sistemas de transporte para integrá-lo de Norte a Sul. A circulação da produção doméstica no interior de nosso país, na maior parte dos casos, apresenta custos superiores ao transporte marítimo da produção concorrente importada.

5. A oferta de energia é absolutamente desbalanceada. Imensas parcelas do território nacional são cortadas por linhas de transmissão de energia de longa distância, mas não têm redes de distribuição locais, ficando sem acesso a esse importante e fundamental insumo para as produções industrial e agrícola.

6. Da mesma forma, a oferta de serviços de comunicações é desigual. As pequenas e médias empresas, parte expressiva delas de origem familiar, e parcelas inteiras do nosso território não dispõem de acesso às redes de telefonia e, portanto, não têm a menor possibilidade de se integrar ao núcleo dinâmico da economia brasileira, mui-

to menos de competir com a produção importada dentro do mercado nacional.

7. A deterioração e sucateamento da infra-estrutura no país decorre da deliberada ação dos recentes governos em reduzir de forma drástica os investimentos em infra-estrutura, visto que parcelas cada vez maiores dos recursos orçamentários da União têm sido carregadas para o financiamento da dívida pública. Ademais, tem sido ostensiva a ação governamental no sentido de obstaculizar a operação das empresas estatais, visando a criar condições favoráveis às suas privatizações.

8. O impacto negativo sobre o balanço de pagamentos mostra-se exponencial. As remessas de lucros decorrentes das transferências de propriedade estatal para proprietários não residentes não só é condenável do ponto de vista do equilíbrio das contas externas como agrava o problema de financiamento.

9. O programa de privatização e concessões ora efetuado pelo governo brasileiro não se apóia numa visão sistêmica do planejamento da ocupação dos espaços geográficos, na redução dos efeitos negativos da exploração dos monopólios naturais e no incentivo à participação do capital nacional.

10. Sua ênfase recai na hipótese de que só o mecanismo de mercado é capaz de ordenar de forma mais racional a provisão de bens e de serviços públicos aos agentes produtivos e à população em geral.

11. Além disso, o passo no qual se dão as ações de transferência da operação e gestão do aparato voltado para a oferta de bens e de serviços públicos vem provocando a necessidade de uma série de ajustes de características traumáticas para os consumidores e usuários finais.

12. A defesa incondicional da privatização como forma de resolver os graves estrangulamentos da oferta de serviços de infra-estrutura é equivocada na sua essência, pois distorce a motivação que suportou a privatização nos países europeus, e será ineficaz nos seus resultados, pois deixará fora da cobertura a maior parte das regiões e da população brasileira. Além disso, o que é muito mais trágico, está atribuindo ônus insuportáveis a alguns grupos de usuários, pessoas físicas ou jurídicas, que não encontram padrão de comparação em nenhuma parte do mundo.

13. É necessário rever imediatamente a estratégia que embasa o programa de privatização em curso, para que sejam estabelecidas metas compatíveis, em curto, médio e longo prazo, com os requerimentos para a retomada do processo de desenvolvimento da economia brasileira, e que contemplem a melhora na distribuição da renda e o aumento da oferta de emprego para os brasileiros.

14. Além disso, é fundamental que toda privatização seja precedida da aprovação da respectiva regulamentação e instalação da agência regulatória.

15. Em todas as discussões levadas a efeito pelo GT-3, o ponto referente ao fortalecimento do acesso à participação social no controle, fiscalização, decisão e gestão dos serviços de infra-estrutura sempre surgiu como elemento condicionante do sucesso final do processo de privatização e concessão.

16. Dessa forma, o Sistema Cofecon/Corecons alerta a sociedade brasileira que os seguintes tópicos são fundamentais para a redução dos aspectos negativos associados ao processo; se não observados, gerarão uma irreversível perda da cidadania:

- aperfeiçoamento da legislação brasileira específica;
- sistemática das audiências que permitam a efetiva participação da comunidade;
- adoção de um mecanismo claro para que a sociedade possa intervir nos controles das concessões e inclusive na definição das instâncias de recursos;
- divulgação sistemática de informações gerais e dados sobre a concessão e, em particular, das planilhas tarifárias e dos balanços econômico-financeiros;
- definição legal dos mecanismos de ressarcimentos de perdas e danos para o poder concedente, concessionários e usuários.
- implantação de estrutura institucional (legislação e a organização nos diversos níveis: federal, estadual e municipal);
- definição clara, para a sociedade, da abrangência dos projetos e especialmente seus custos, de maneira a possibilitar a avaliação da efetiva capacidade de pagamento;

17. A recente criação das agências reguladoras ainda não pode ser avaliada de maneira criteriosa. Entretanto, alguns eventos negativos de repercussão nacional têm sido observados, tais como os casos do anúncio da falta de fornecimento de energia Light no Rio de Janeiro, prevista para o verão de 1999, e redução de tarifa de pedágio, por rompimento de forma unilateral no Estado do Paraná e por decisão judicial no Estado do Rio de Janeiro.

18. Em todos esses eventos ficou evidente a incapacidade da agência reguladora específica, ou qualquer outra entidade, em arbitrar em nome da sociedade a solução do conflito ou impor as penas cabíveis. Esses problemas decorrem ainda da inexistência de políticas de regulação contando com a participação do poder local e da própria capacitação do poder judiciário para julgar.

19. No financiamento ao investimento privado em infra-estrutura deve-se observar que a participação de recursos públicos, orçamentários ou de financiamentos deverá ser utilizada exclusivamente, para aque-

les projetos que pretendam a universalização do acesso aos cidadãos e às empresas, e, quando necessário, priorizando aqueles que tenham maior efeito dinamizador para os demais setores produtivos, em especial nas regiões mas deprimidas economicamente.

20. Neste contexto, parece que o setor privado tem deixado a mercê do Estado a viabilização dos recursos necessários para a realização dos investimentos em infra-estrutura; não tendo ficado claro a contrapartida com recursos próprios da iniciativa privada e a disposição para correr riscos, nem o aporte de recursos externos e a regulamentação referente à remessa dos lucros auferidos na operação.

21. Assim, a grande questão que se coloca é a seguinte: privatizam-se as áreas e serviços que claramente garantem retorno econômico à iniciativa privada, com financiamentos oficiais, e deixam-se de lado áreas e serviços não privatizados, que não dispõem de fontes financiadoras e nem de viabilidade, senão pelo critério de retorno social.

22. Os economistas reunidos no XVII Since estão obrigados a alertar que, à semelhança do que ocorre em todos os países desenvolvidos, os subsídios cruzados e o aporte de recursos orçamentários públicos são necessários e imprescindíveis. É impossível e inviável atribuir exclusivamente aos usuários a responsabilidade de financiar a manutenção e a ampliação dos serviços de infra-estrutura através do pagamento das tarifas de utilização. A persistência nessa rota acirrará os problemas atuais, gerando mais disabores no futuro imediato. É preciso abrir o debate nacional sobre os rumos a serem dados ao país, o que transcende a importante defesa da estabilidade disponível atualmente.

23. Finalmente, a viabilização de recursos para a infra-estrutura, inclusive pela via da privatização, deve observar os seguintes parâmetros:

- ter como pano de fundo o desenvolvimento sustentado;
- garantir a participação do capital nacional;
- minimizar os efeitos negativos da exploração dos monopólios naturais;
- permitir a universalização dos serviços de infra-estrutura
- permitir plena participação da sociedade no controle da gestão e dos resultados
- observar a redução no ritmo do processo a fim de que o aparato institucional se adeque às mudanças demandadas
- observar na constituição do *funding* o aporte de recursos orçamentários
- regulamentar a obrigatoriedade do reinvestimento e inibir a remessa de lucros auferidos por empresas estrangeiras
- prescrever o aumento da capacitação do poder judiciário.

DOCUMENTO

MOÇÕES APROVADAS NO XVI SINCE

Moção subscrita pelas Delegações dos Corecons
RJ, MG, RS, MT, SP, PI, BA, AL, PE, RO, DF e Sindecon-DF

Coordenador: Nelson Chalfun (CORECON-RJ)

Relator: Afonso Reis Duarte (CORECON-SP)

MANIFESTAÇÃO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS FACE À CRISE FINANCEIRA ATUAL

A fragilidade cambial da economia brasileira ficou evidente a partir dos últimos dias de agosto, quando frente a uma crise que teve como estopim a moratória russa, capitais começaram a sair rapidamente do país. As estimativas apresentadas pela imprensa dão conta de uma saída de dólares da ordem de US\$ 12 bilhões em agosto, boa parte deles nas duas últimas semanas do mês, e apontavam ainda para uma saída de cerca de US\$ 2,5 bilhões nos dois primeiros dias de setembro.

Não se trata de uma situação que não pudesse ser prevista. Pelo contrário, as cartas finais de todos os encontros anuais de economistas desde 1995 (Congresso de Salvador, 1995; Since de Gramado, 1996; e Congresso de Fortaleza, 1997) alertavam para este, entre outros problemas do processo de estabilização monetária levado a curso no país.

Desde o último trimestre do ano passado, com o conjunto de medidas do pacote de outubro, ficou patente que a defesa da

estabilidade monetária de um programa extremamente dependente da permanente entrada de capitais externos voláteis se ancorava na garantia da rentabilidade aos aplicadores internacionais. Ao mesmo tempo, esta garantia implicava permanente entrave às possibilidades de crescimento da economia brasileira, pelos impactos que esse crescimento representa a um balanço de pagamentos estruturalmente desajustado desde 1994. Além disso, as medidas de outubro deixavam ainda claro que, dentro dos marcos do atual plano de estabilização, face a instabilidades maiores do sistema financeiro internacional, a reação do governo brasileiro se reduzia a possibilidade de elevação drástica das taxas de juros, com impactos negativos previsíveis sobre o nível de atividade, e que agravam tanto a inadimplência de empresas e consumidores, como o déficit público, e ainda elevam dramaticamente as taxas de desemprego, ampliando a crise social no país.

A turbulência dos últimos dias explicitou

que o cenário que se supunha de extrema liquidez do sistema financeiro internacional, e de uma capacidade elástica de financiar déficits financeiros de países emergentes, não existe mais. Não fosse essa constatação, apenas a necessidade de retomar de forma significativa e consistente o crescimento econômico, operando para isso com taxas de juros e câmbio adequados, já seria por si só argumento para tentar eliminar a dependência extrema de captação de capitais externos voláteis.

Dentro dessa perspectiva, e tomando em consideração os riscos para a economia das convulsões cada vez mais agudas e frequen-

tes do mercado internacional de capitais, e considerando ainda análises recentes, inclusive de autoridades financeiras internacionais, que apontam para os riscos de uma combinação perversa entre mercado financeiro altamente globalizado e inexistência de controle sobre os movimentos de capitais, os economistas brasileiros reunidos no XVII Since, em Foz do Iguaçu (PR), alertam para a necessidade urgente de que o Brasil altere os fundamentos da política econômica em curso – com especial atenção nos mecanismos de controle cambial – visando a evitar um possível agravamento da atual crise no país.

MOÇÃO APROVADA PELO GT2

Contra a discriminação que vem sofrendo o economista, em termos da exclusão da função dos planos de carreiras e, principalmente, no que tange ao espaço profissional em atividades de caráter multidisciplinar como, por exemplo, foram os casos ocorridos no INCRA e DNPM.

Ronaldo Rangel
Coordenador do GT 2

FIQUE POR DENTRO

Economistas na Mídia

Veja os programas que contam com o patrocínio das entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ – e saiba da novidade: você já pode acessar parte do acervo da biblioteca Eginardo Pires na *home page*. O acervo completo estará disponibilizado em pouco tempo!

Rádio

FAIXA LIVRE – vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 9:00h na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360KHZ).

Programa independente, de análise econômica e política. Apresentado por Álvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon-RJ –, além de diversas outras entidades sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No Faixa Livre a liberdade de imprensa não é um mero *slogan*, mas uma prática cotidiana.

Televisão

DEBATE BRASIL – exibição aos sábados, a partir das 18:00h, no canal 15 da NET (Vinde TV), reprisado aos domingos às 17:00h.

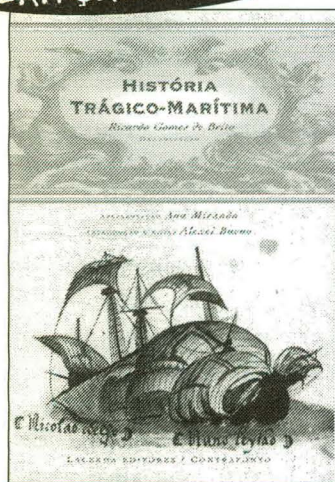
Internet

A **HOME PAGE** dos economistas está em <http://www.economistas.com.br>

Estatísticas econômicas com indicadores sociais e demográficos das regiões Sudeste e Sul do país; *Jornal dos Economistas* em seus três últimos números; parte do acervo da biblioteca Eginardo Pires; agenda de eventos; bolsa de empregos e muito mais estão à sua disposição no *site Economistas on line*. A página foi desenvolvida para fornecer informações úteis e manter os associados e empresas registradas informados sobre o que está acontecendo de mais importante em suas entidades e no quadro socioeconômico do país.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957

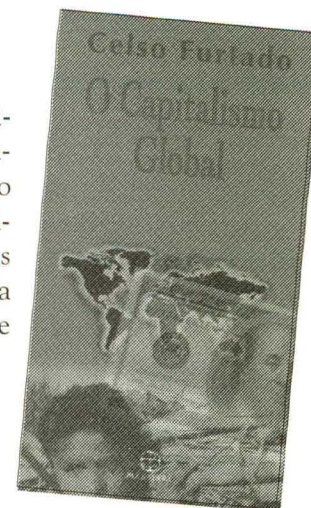
Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

- ABRE ASPAS -

O CAPITALISMO GLOBAL, de Celso Furtado, desmistifica a fantasia de que a globalização conduziria à adoção de políticas uniformes, pois o novo capitalismo traz novos desafios, sendo o maior deles de caráter social. Apresenta a complexa realidade de um mundo em transformação, apontando ao mesmo tempo para os instrumentos eficazes na superação dos novos desafios e para a imaginação política necessária à tomada de decisões estratégicas: "O que importa é que as novas gerações recuperem o gosto pelo exercício da imaginação e se convençam de que a obra que lhes cabe realizar é nada menos do que dar continuidade à construção deste grande país." Editora Páz e Terra, 83p.



DÉCADAS DE ESPANTO E UMA APOLOGIA DEMOCRÁTICA, de Wanderley Guilherme dos Santos, vai buscar na história brasileira os fundamentos da participação do Estado na ordem político-econômico-social. Examina a evolução do liberalismo enquanto doutrina social e prática política no Brasil, em confronto com a perene atuação do Estado como agente regulador e determinante das relações políticas. O autor diseca o comportamento das elites dirigentes e suas contradições, incongruências e deslizos. É uma espécie de balanço analítico do autor: "Em duas décadas e meia, investiguei sob variados pretextos, e em ocasiões diversas, a herança e as opções da política brasileira". Editora Rocco, 192p.

O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA, de Antônio Corrêa de Lacerda. A globalização da economia, abrangendo a internacionalização da produção, o incremento do comércio e a absorção da tecnologia, é um processo que tem gerado discussões no âmbito acadêmico e empresarial, além de implicar novos desafios para os Estados nacionais. O Brasil convive simultaneamente com o impacto das transformações de âmbito internacional e o processo de estabilização da economia. Ambos afetam o desempenho econômico e o complexo produtivo, implicando novos desafios para a política econômica e a atuação das empresas. O autor desmistifica a idéia de que o liberalismo não pratica (ou não deveria praticar) o protecionismo e de que é impossível para o Brasil se defender do furacão da globalização. Editora Contexto, 160p.



REVISTA DE LA CEPAL 65. Com o objetivo de estimular a publicação de artigos que analisem o desenvolvimento econômico e social da América Latina e Caribe vem à luz mais um número da revista da Cepal. Esta edição traz os seguintes artigos: "Distribución del ingreso, pobreza y gasto social en América Latina", de José Antonio Ocampo; "Gasto militar y el desarrollo en América Latina", de Eugenio Lahera e Marcelo Ortúzar; "Crecimiento, justicia distributiva y política social", de Andrés Solimano; "Equidad, inversión extranjera y competitividad internacional", de Adolfo Figueroa; "Tensiones en el ajuste estructural en América Latina: asignación vs. distribución", de Daniel M. Schydrowsky; "Competitividad y regulaciones laborales", de Luis Beccaria e Pedro Galín; "Familias latinoamericanas: convergencias y divergencias de modelos y políticas", de Ilma Arriagada; "Los acuerdos de libre comercio y el trabajo de las mujeres: el caso de Chile", de Alicia Frohmann e Pilar Romaguera; "Evolución macroeconómica del Paraguay 89-97: burbuja de consumo y crisis financiera", de Stéphane Straub; "Estrategias de las empresas mexicanas en sus procesos de internacionalización", de Alejandra Salas-Porras; "La regulación de la prestación privada de servicios de agua potable y alcantarillado", de Terence Lee e Andrei Jouralev; "Promoción de la calidad para mejorar la competitividad", de Hessel Schuurman. 198p.

LANÇAMENTO

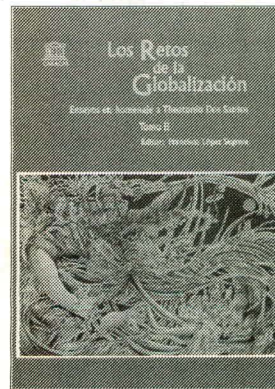
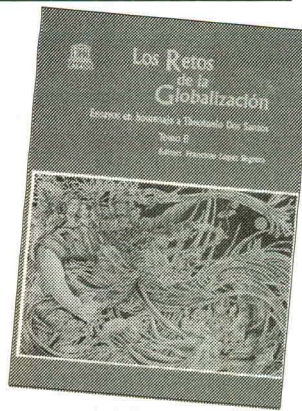
Los Retos de la Globalización

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon, IERJ e Sindecon - e a Unesco lançaram o livro *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*, em dois tomos, editado pela Unesco, em Caracas, Venezuela, que aconteceu por ocasião do ciclo de conferências sobre Novas Dimensões da Globalização.

Los retos de la globalización reúne alguns dos mais importantes pensadores e cientistas sociais de nosso tempo, que se associaram à homenagem coordenada pelo conselheiro de ciências sociais da Unesco para América Latina, Francisco López Segrera, destinado a comemorar os sessenta anos do professor Theotônio dos Santos.

Além de um prólogo e uma nota do Editor, de uma introdução na qual se analisam os aspectos mais relevantes da vida e obra de Theotônio dos Santos, incluindo uma valiosa bibliografia, o livro se divide em quatro partes: "Os novos paradigmas das ciências sociais", "Os desafios da globalização", "Dependência e desenvolvimento" e "Cultura e conhecimento em um mundo virtual".

O livro poderá ser adquirido no Corecon.



CONVÊNIOS

Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O dólar para o mês de outubro será informado na biblioteca do Conselho, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997*, 354p. US\$ 50.
- *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997*, 64p. US\$ 8.
- *Panorama social de América Latina 1997*, 232p. US\$ 20.
- *Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al casillero vacío*, 1990, 176p. US\$ 8.
- *Elementos para el diseño de políticas industriales y tecnológicas en América Latina*, 1990, 172p. US\$ 8.
- *La industria de transporte regular internacional y la competitividad del comercio exterior de los países de América Latina y el Caribe*, 1989, 132p. US\$ 8.
- *Cambios estructurales en los puertos y la competitividad del comercio exterior de América Latina y el Caribe*, 1991, 141p. US\$ 8.
- *El gasto social de América Latina: un examen cuantitativo y cualitativo*, 1995, 167p. US\$ 8.
- *Dinámica de la población y desarrollo económico*, 1997, 116p. US\$ 8.

Editora FGV e Corecon-RJ

Os associados ao Corecon-RJ, desde que apresentem sua identificação do Conselho, poderão adquirir livros da Editora Fundação Getúlio Vargas, comercializados na Livraria da FGV, com 20% de desconto para compras à vista (cheque ou dinheiro). Na compra de livros de outras editoras, também comercializados na Livraria FGV, o desconto é de 10%.

A Livraria da FGV tem um acervo de 20 mil títulos e é totalmente informatizada. Os economistas poderão, também, solicitar entrega por Sedex a domicílio, sem adicional de custos. Mas, neste caso, não serão concedidos descontos sobre o preço de capa.

LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Praia de Botafogo, 188 - CEP 22253-900
Rio de Janeiro - Tels: (021) 536-9199 e 536-9105 - Fax: (021) 536-9193 - E-mail: livraria@fgv.br

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- *Os fluxos financeiros na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

ELEIÇÕES

As eleições para renovação do primeiro terço de conselheiros deste Conselho e do delegado-eleitor junto ao Colégio Eleitoral do Cofecon serão realizadas no dia 27 de outubro próximo, com início às 9h e término às 18h. Serão escolhidos três conselheiros efetivos e três conselheiros suplentes, com mandato de três anos (1999/2001), além do delegado-eleitor efetivo e do delegado-eleitor suplente junto ao Conselho Federal. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data da realização do pleito, além dos remidos, não sendo permitido o voto por meio de procuração. No ato da votação o economista deverá exibir, junto à Mesa Eleitoral, documento hábil de identificação e assinar a folha de votação. Local de votação: haverá uma mesa na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar), podendo votar os associados que estiverem em dia com suas anuidades e não tenham optado pelo voto por correspondência. Este deverá ser enviado pelo economista através do envelope padronizado encaminhado previamente pelo Conselho até 15 dias antes das eleições. Só serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Se você, economista, está em atraso no pagamento da(s) anuidades(s) do Conselho, quite o seu débito, porque só assim você poderá participar do processo eleitoral. Entre em contato conosco para quaisquer esclarecimentos pelo telefone 224-0578, setor de Registro e Fiscalização.

PROGRAMA
DA CHAPA

MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS

Continuando com um trabalho que vem sendo desenvolvido com muito êxito há alguns anos, o Movimento de Renovação dos Economistas apresenta a sua chapa para as eleições do Corecon/RJ. Temos orgulho de nos apresentar com a continuidade de um trabalho que sempre procurou atender ao interesse dos economistas, buscando a valorização profissional, oferecendo cursos para a reciclagem e a capacitação profissional, realizando uma importante pesquisa sobre o perfil do economista do Rio de Janeiro, o que nos possibilitou conhecer melhor os anseios da nossa categoria.

Ao longo desses anos sempre defendemos um debate aberto e franco sobre os grandes temas nacionais. Nos posicionamos a favor de um modelo alternativo de desenvolvimento, que incorpore os excluídos, promova a reforma agrária, estimule o crescimento da economia, evite a fragilização do país nas suas relações internacionais, busque o crescimento do emprego e da renda.

É importante ressaltar que no ano de 1999 se realizarão no Rio de Janeiro o Congresso Latino-Americano de Economistas e o Congresso Brasileiro de Economistas. Esses dois importantes eventos aumentam a nossa responsabilidade, nos obrigando a um árduo trabalho, juntamente com as outras entidades de economistas do Rio de Janeiro, para que os Congressos sejam um sucesso, com a realização de um grande debate sobre os

temas mais relevantes das economias brasileira e latino-americana. Aproveitando a situação de mudança por que passa o mundo e nosso continente, por conta das grandes transformações que estão ocorrendo na economia, podemos transformar nossos eventos em importantes espaços para a discussão de novos modelos e a busca de soluções para os problemas gerados pelo processo de globalização, que tomou fôlego no início dos anos 90 e está em crise neste final de século.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar a importância do trabalho comum implementado já há vários anos com as outras duas entidades de economistas do nosso estado, o Sindecon/RJ e o IERJ. O fruto desse trabalho comum permitiu que as três entidades se fortalecessem. No próximo ano vamos iniciar uma nova etapa desse trabalho conjunto com a reunião no mesmo espaço físico das três entidades. A criação da Casa do Economista, um velho sonho nosso, finalmente vai se realizar. E será com muita satisfação que convidaremos todos os economistas para a inauguração da nossa casa, a Casa do Economista, que vai abrigar o Corecon/RJ, o Sindecon/RJ e o IERJ, juntando fisicamente entidades que há muitos anos já estão juntas no trabalho de defesa dos nossos interesses.

Contamos com o seu apoio e o seu voto para continuarmos com o nosso trabalho de renovação das nossas entidades e o fortalecimento da nossa categoria.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.10.98